

A DIREITA APRESENTA SUA NOVA CARA VELHA

Diante do fortalecimento da candidatura de Lula, o establishment aposta no ex-juiz Sérgio Moro como um trunfo para a disputa presidencial de 2022. Depois de perseguir o PT, a Lava Jato enfim assume que sempre teve viés político e é mais um projeto dos entreguistas do Brasil

Arte: Olímpio

focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 15 de Novembro de 2021 Nº 36

Lula viaja à Europa como o verdadeiro chefe de Estado

Lenio Streck diz que em outro país, Moro estaria preso

A dívida pública bruta só explodiu depois do Golpe

A morte da cantora Marília Mendonça choca o Brasil

EXPOSIÇÃO VIRTUAL
CENTENÁRIO
Paulo Freire

A EXPOSIÇÃO ESTÁ NO AR

ACESSE EM: fpabramo.org.br

25 anos
FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Centro
Sérgio
Buarque
de Holanda
de Documentação e
História Política

PAUTA
BRASIL

**ASSISTA AO
PROGRAMA
PAUTA BRASIL**

SEGUNDAS, QUARTAS
E SEXTAS-FEIRAS
ÀS 17 HORAS

REALIZAÇÃO E
TRANSMISSÃO: FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

TRANSMISSÃO: PT DCM Fórum TV 247

SIGA O CANAL DA REVISTA

YouTube

focus
BRASIL

Revista Focus Brasil
191 inscritos

INSCREVA-SE

NO YOUTUBE

focus BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: David Silva Jr.

Produção: Oficina da Notícia

Editor-Chefe: Olímpio Cruz Neto

Colaboradores: Artur Araújo, Bia Abramo, Danilo

Molina, Isaías Dalle, Nathalie Nascimento,

Pedro Camarão e Ricardo Stuckert



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Aloizio Mercadante

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Jéssica Italoema

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva

Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar,

Geraldo Magela e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta de honra: Dilma Rousseff

Presidente: Fernando Haddad

Conselheiros: Ana Maria de Carvalho Ademar, Arthur

Chioro dos Reis Fontenele, Arlete Sampaio, Azilton Viana,

Camila Vieira dos Santos, Celso Amorim, Dilson Peixoto,

Eleonora Menicucci, Eliane Aquino, Elisa Guaraná de

Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de

Oliveira Andrade, Fernando Pimentel, Fernando Ferro,

Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada, José Roberto Paludo,

Lais Abramo, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de

Moura, Nabil Bonduki, Nilma Lino Gomes,

Paulo Gabriel Soledade Nacif, Penildon Silva Filho,

Sandra Maria Sales Fagundes, Sérgio Nobre,

Teresa Helena Gabrielli Barreto e Vladimir de Paula Brito

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),

Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia

e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves

das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França

Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas

(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane

Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de

Melo (Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer),

Janaína Barbosa de Oliveira (LGBT), Nilto Ignacio Tatto

(Meio Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares

Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência),

Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e

Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) - CEP 04117-091

NESTA EDIÇÃO

MORO, ENFIM, ASSUME QUE FAZ MESMO POLÍTICA

Depois de interferir na eleição presidencial de 2018, tirando Lula da disputa para beneficiar Jair Bolsonaro, o ex-juiz assume o papel de ator político partidária e se anuncia candidato à Presidência pela legenda de aluguel Podemos, o antigo PTN

Página 13



EDITORIAL. O pária internacional e o resgate da esperança do povo

Página 4

ENTREVISTA. Lenio Streck critica as candidaturas de Sérgio Moro e Dallagnol

Página 6

LAVA JATO. Ex-juiz federal e Deltan anunciam que têm pretensões eleitorais

Página 16

DESTRUIÇÃO. Brasil perdeu R\$ 170 bilhões em investimentos

Página 20

ELEIÇÕES. Lula lidera com folga as pesquisas e pode até ganhar no 1º turno

Página 22

ESTADISTA. O ex-presidente desembarca na Europa para retomar diálogo com líderes

Página 24

EDUCAÇÃO. Enem corre risco por conta das demissões no Inep

Página 26

PARIS. Em meio à crise no MEC, o ministro vai para a França e jura que trabalha

Página 28

OPINIÃO. A República está em ruínas, critica o líder do PT, deputado Bohn Gass

Página 29

ORÇAMENTO. Supremo derruba as emendas secretas e derrota Planalto

Página 31

PRECATÓRIOS. Câmara aprova o projeto que libera jogada eleitoral do governo

Página 33

ECONOMIA. Dívida pública aumentou depois do Golpe de 2016, não antes com PT

Página 34

INFLAÇÃO. Com Bolsonaro, a gasolina subiu de novo, dando repique inflacionário

Páginas 37

DUREZA. A inflação faz a cesta básica ultrapassar a marca dos R\$ 700

Página 39

MEMÓRIA. A primeira experiência eleitoral do PT, nas disputas em 1982

Página 40

CULTURA. Cantora Marília Mendonça mostrou a força do poder feminino na MPB

Página 42

MÚSICA. Gilberto Gil volta da turnê européia sob a consagração absoluta

Página 44

SEMINÁRIO. Evento reúne artistas e intelectuais para repensar um novo Brasil

Página 46

O PÁRIA INTERNACIONAL E O RESGATE DA ESPERANÇA

Aloizio Mercadante

Bolsonaro segue isolado e desmoralizado perante o mundo. Nas últimas semanas, dois grandes eventos de relevância global, a reunião do G20 e a Cop26, escancararam o quanto Bolsonaro tornou-se um pária internacional, um presidente que não tem projeto, que não tem consistência, sem credibilidade e sem soluções para apresentar ao Brasil e ao mundo.

No G20, o Brasil tinha um lugar de respeito, de fala e de protagonismo. Éramos o grande mediador de interesses entre a América Latina e os países em desenvolvimento com as principais nações do planeta. Acumulamos uma reputação de relevância e de soberania, construída principalmente por Lula e pela política ativa e ativa nas relações internacionais dos governos do PT.

O terraplanismo diplomático de Bolsonaro jogou tudo isso na lata do lixo. Na última reunião do G20, o ex-capitão não participou de nenhuma agenda relevante, não fez qualquer manifestação de peso e não esteve presente em nenhuma mesa de negociação importante. Havia no ar

até um certo constrangimento dos demais líderes mundiais de aproximarem de um Bolsonaro não vacinado contra Covid, um completo vexame.

Isso em um cenário em que a economia global não teve a retomada prevista no pós-pandemia. As duas maiores economias do planeta – China e Estados Unidos – passam por adversidades.

A China está desacelerando, com a indústria crescendo em um patamar bem inferior ao que foi no início da retomada. Algumas restrições sanitárias permanecem e o país atravessa um problema relevante na construção civil, com a decretação de falência da Evergrande com dívidas de US\$ 320 bilhões. O resultado é a redução da atividade das siderúrgicas e retração da compra de minério de ferro.

Nos EUA, o plano Biden sofre forte resistência no Congresso, tendo sido aprovado, até agora, apenas o pacote de infraestrutura no valor de US\$ 1,2 trilhão. O Fed, banco central norte-americano, começa a retirar

os mecanismos de estímulo monetário, com consequente repercussão nas taxas de juros e no crescimento daquele país e da economia global.

No Brasil, sob enorme



LULA É O ÚNICO QUE TEM UM LEGADO QUE SERVE COMO BÚSSOLA PARA O FUTURO. E É TAMBÉM O ÚNICO QUE ENTREGOU O QUE PROMETEU

impacto dos preços administrados pela Petrobrás, como a gasolina, o óleo diesel e o gás de cozinha, a inflação voltou a subir em outubro e chegou a 10,67% em 12 meses, aumentando o custo de vida e penalizando a população mais carente. Se considerarmos um cenário de 19 milhões de desempregados e desalentados e os outros 19 milhões de brasileiros e brasileiras expostos à fome, a degradação social é dramática. Os 72% das famílias endividadas sofrerão ainda com o inevitável aumento na taxa de juros.

Frente a esse enorme desafio, o governo Bolsonaro apresentou ao país uma PEC que é uma bomba fiscal para o futuro, como já apontamos neste espaço. O presidente acabou com o Bolsa Família, um programa consistente, estruturado, republicano e reconhecido internacionalmente, para colocar no lugar o Auxílio Brasil, uma iniciativa eleitoral, que não tem fonte permanente de financiamento, cheio de penduricalhos e de difícil compreensão para os mais pobres.

Em Glasgow, na Cop26, a Conferência sobre o Clima das Nações Unidas, Bolsonaro

ignorou a emergência climática e sequer deu as caras. Pior, o Brasil participou da reunião na condição de um dos cinco países que mais agravaram o aquecimento global desde o Acordo de Paris e o governo apresentou ao mundo uma pedalada climática.

O fato é que se compromissos climáticos mais ambiciosos não forem firmados a temperatura média da Terra deve subir 1,5°C até 2030. Pelos números atuais, o aumento médio da temperatura ficará entre 2,4°C e 2,7°C, o que ameaça a experiência humana no planeta. A redução das emissões de CO2 em 45% até 2030, das emissões de metano em 30% até 2030 e acordo firmado por mais de cem países para o fim do desmatamento são aspectos positivos. Mas... Ninguém confia em Bolsonaro...

É nesse cenário que Lula vem se consolidando como grande força capaz reconstruir o Brasil.

Em todas as pesquisas, o ex-presidente derrota os adversários, em qualquer cenário, inclusive com chances reais de vitória já no primeiro turno. Isso porque Lula representa um momento extraordinário da história do país, que combinou estabilidade, crescimento, distribuição de renda e justiça social.

Lula é o único que tem um legado que serve como bússola para o futuro. É também o único que entregou o que prometeu. Portanto, Lula é quem carrega o discurso da credibilidade e quem tem o coração do povo brasileiro.

No momento em que escrevo este editorial, acompanho Lula na jornada dele pela Europa, o que será tema de editoriais futuros. Mas, ao viver de perto essa história, é inevitável não comparar Lula, um estadista reconhecido em todo mundo – e com agendas relevantes com os principais líderes do Velho Mundo – com Bolsonaro, um pária internacional, que nos envergonhou no G20 e na Cop26. Por isso, o mundo precisa de Lula.

É essa força de Lula e esse profundo compromisso com um Brasil mais justo, mais solidário e mais generoso – para meus netos e netas –, mas, para todos e todas que, mesmo depois de 40 anos de vida pública, seguem me motivando e me inspirando. Não tenho dúvidas que toda essa energia também vai encher de esperança o povo brasileiro na campanha do ano que vem.

Para resgatarmos um Brasil de sonhos e de esperança: é Lula lá, de novo! •



“A LAVA JATO FOI A TEMPESTADE PERFEITA CONTRA O BRASIL”

O jurista diz que o anúncio das candidaturas de Sérgio Moro e Deltan Dallagnol nas eleições de 2022 não surpreende a ninguém porque ambos sempre fizeram política. Mas reforça suas críticas aos dois personagens, que posam de paladinos da Justiça. “A Lava Jato abriu a Caixa de Pandora para a demonização da política e a fragilização da democracia”, afirma. “Moro corrompeu e atacou a democracia”

Alberto Cantalice e Pedro Camarão

Lenio Streck é advogado e professor de Filosofia do Direito. Começou a carreira atuando no Ministério Público e, justamente por isso, descreve em detalhes como a operação Lava Jato abusou da instituição e distorceu o trabalho que deveria ser realizado pelos procuradores da República. A Lava Jato foi uma operação política.

“O chefe da República de Curitiba, Sérgio Moro, sempre foi político”, afirma. O jurista integra o grupo Prerrogativas, que se aprofundou na investigação sobre os erros da Lava Jato. O Prerrô já lançou duas obras jurí-

dicas sobre o tema: o “Livro das Suspeições” e o “Livro das Parcialidades”. Em breve, sai o “Livro do Julgamento”, esmiuçando como a operação que nasceu em 2014, no ano das eleições presidenciais, funcionou.

As distorções cometidas pelos procuradores da força tarefa encarregada de detonar a corrupção não foram um acaso. São fruto de uma estratégia reconhecida como lawfare: o uso do direito para perseguir adversários políticos.

“Há uma diferença entre Lula e outros réus e Sergio Moro. Lula não foi julgado culpado de nada. Sérgio Moro foi julgado culpado”, lembra o professor de

Direito. “Sim, dá para dizer isso. Culpado por ter sido parcial e suspeito. Isso é o que o Supremo disse”.

O advogado gaúcho detalha o momento em que o então juiz federal Sérgio Moro começou a abalar a democracia brasileira e como a Lava Jato abriu espaço para neofascismo no Brasil. Ainda sobre esse fenômeno político, Lenio reconhece que a formação do Direito acaba, muitas vezes acaba formando advogados neofascistas, críticos à Constituição. “São os negacionistas da democracia”, aponta. A seguir, os principais trechos da entrevista concedida a **Focus Brasil**:

Focus Brasil – As candidaturas de Sérgio Moro e Deltan Dallagnol e, possivelmente, de Rodrigo Janot que também estaria conversando com o Podemos, são uma confirmação de que a Lava Jato sempre foi uma operação com fins políticos?

Lenio Streck – Já dá para dizer que são candidatos da Lava Jato. Eles vão continuar fazendo política porque sempre fizeram. Nenhum deles vai fazer política só agora. Todos sempre fizeram política e, inclusive, usaram a estrutura do Estado. Está se vendo agora que foi uma questão bizarra porque o Estado financiou isso a partir de “gordas” diárias, passagens aéreas escolhidas a dedo. Não sou eu que estou dizendo, é o Tribunal de Contas da União que já mandou cobrar, mostrando que se formou uma indústria de diárias. Então, a Lava Jato é um instrumento que estabeleceu um dos requisitos para a “tempestade perfeita” da fragilização da democracia. A primeira coisa que a Lava Jato fez foi demonizar a política e os políticos. Se você demoniza a política e os políticos, começa a tirar um dos pilares da democracia: a institucionalidade.

Se você enfraquece as instituições, abre um grande espectro para *outsiders*, essa gente toda que se elegeu, inclusive, paradoxalmente, o próprio Bolsonaro, que acabou surfando na onda da não política, embora ele próprio seja político... A Lava Jato abriu essa Caixa de Pandora para a demonização da política e a fragilização da democracia, basta ver o Parlamento hoje em que, talvez, o Centrão nunca tenha estado tão forte. Esse tipo de deputado como [Carla] Zambelli, Bia Kicis são produto daquilo o que a população comprou com o discurso de que “os políticos são ladrões e agora nós vamos colocar os honestos”. Com isso você cria uma democracia frágil.

– **Como na Itália...**

Existem muitos textos interessantes mostrando a fragilidade da democracia provocada por agentes e aqui a Lava Jato foi um componente muito importante de fragilização da democracia e da institucionalidade. Ela fomentou esse neofascismo, esse, digamos assim, neoudenismo, tenentismo, esses ismos todos que acabaram tomando conta de um grande setor da política com o apoio, claro, não podia faltar e sem isso não daria certo, da grande mídia. A gente

O SUPREMO SE DEU CONTA TARDIAMENTE DA ATUAÇÃO POLÍTICA DOS PROCURADORES E DE MORO. MAS NO TRF4 NÃO MUDOU NADA

sabe como a Lava Jato tinha vasos comunicantes e informações privilegiadas, tudo feito segundo uma estratégia adrede preparada, copiada inclusive da Operação Mãos Limpas, da Itália.

– **O senhor falou sobre essa abertura para outsiders. É bom lembrar que a própria Lava Jato queria financiar os outsiders com aquela fundação que acabou bloqueada pelo STF.**

– Sim. A Lava Jato se sentiu tão forte num determinado momento

que ela se tornou independente do próprio Poder Judiciário. É por isso que ela criou um nome próprio. Não existe Lava Jato. Isso é uma criação. Não existe força-tarefa como se fosse uma espécie de Ministério Público do B ou Judiciário do B. Por que se fala em “República de Curitiba”? Tudo isso são questões midiáticas que foram forjadas para dar esse grau de um terceiro, de um tertius dentro da institucionalidade brasileira. Sentiram-se tão fortes que tentaram até fazer uma milionária fundação. Agora, nesse momento, candidatos como Moro e Dallagnol seriam financiados por ela. Não estão sendo, mas, com certeza, buscarão outras fontes generosamente financiadoras.

– **Professor, como avalia o fortalecimento das forças-tarefas que se expandiram pelo país? Elas vieram para cima do PT, do Lula, da Dilma, levando até a derrubada da presidenta. Ela teria na sua gênese uma ação anti-esquerda, que acabou contando com a leniência do sistema de Justiça – das corporações do Ministério Público e do Judiciário?**

– Sim. O Supremo se deu conta tardiamente com relação a isso. Os demais continuam na mesma trilha que andavam antes. Não mudou nada no TRF4 de lá para cá. Mas se todos tivessem agido de forma legal, se o STF e o STJ tivessem exigido o cumprimento da Constituição, da legalidade e do devido Processo Legal, essa é operação não se formaria. Nem nos EUA. Tanto se fala nos EUA, tanto foi citado os EUA, mas por exemplo, em termos técnicos, a cadeia de custódia da prova, que é uma questão técnica no Direito, se for aplicado o que se usa nos EUA, não parava de pé, de cara, 50% da Lava Jato.

O Brasil não aplica até hoje a doutrina Brady. Esses dias fiz uma

conferência na Universidade de Chicago e eles se surpreenderam porque no Brasil não se aplica a doutrina Brady. Isso significa que o Ministério Público quando investiga tem que colocar na mesa todas as provas, inclusive, aquelas favoráveis à defesa. Isso não se aplica no Brasil até hoje. Nós somos atrasados nisso.

Até temos lá o senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) que comprou uma ideia minha, que virou um projeto em que a gente só quer fazer a coisa mais simples do mundo. O Brasil já incorporou desde 2002 o Estatuto de Roma. E o que está escrito? Artigo 54: a acusação tem que investigar, inclusive, buscando fatos que favoreçam a defesa. É coisa muito simples. Isso também está no Código de Processo Penal alemão. Então, todas essas coisas somadas mostram que não fomos ortodoxos o suficiente.

É claro, tem todo um imaginário do Judiciário que o ensino jurídico brasileiro é uma fábrica de reacionários e neofascistas. Estou dizendo neofascistas porque sou generoso, para não criar muitas polêmicas sobre o conceito de fascismo. Estou dizendo assim, profascistas ou neofascistas ou reacionários.

– E o que é isso?

– Muito simples. Vou dar o exemplo da medicina. O fascista é o negacionista da democracia, assim como na medicina o negacionista é o negacionista da ciência. Então, imagina se as faculdades de medicina estivessem formando gente que ao sair seria contra os antibióticos. Você já pensou nisso? Pois saiba que uma parcela enorme, considerável de pessoas que estudam direito saem falando mal da Constituição. Dizendo que tem direitos demais.

Você sabia que quando estamos brigando pela presunção da inocência, havia uma pesqui-

sa dizendo que mais de 60% dos advogados brasileiros eram contra que se fizesse a presunção da inocência do modo como a OAB defendia? E eu fui um dos primeiros a defender. Havia três ações: ADC 44, 43 e 54. Eles eram contra. Então, se as faculdades de Direito formam isso, não surpreende esse produto final: a Lava Jato. Até hoje o juiz suspeito e tudo o que aconteceu é considerado algo normal, que as pessoas dizem que o Sérgio Moro não fez nada demais. Isso quando ele foi julgado suspeito. Há uma di-

O FASCISTA É O NEGACIONISTA DA DEMOCRACIA. AS FACULDADES FORMAM ADVOGADOS QUE FALAM MAL DA CONSTITUIÇÃO: TEM DIREITOS DEMAIS

ferença entre Lula e outros réus e Sergio Moro. Lula não foi julgado culpado de nada. Sérgio Moro foi julgado culpado. Sim, dá para dizer isso. Culpado por ter sido parcial e suspeito. Isso é o que o Supremo disse. Isso está muito claro, mas no plano da opinião pública, da narrativa que se forma, o Moro é, como disse um certo ministro [o último decano do STF Marco Aurélio Mello], uma espécie de herói nacional.

– E ao que parece a chamada

grande mídia vai continuar tratando dessa forma, ignorando completamente a Operação Spoofing e todo o resto.

– Sim. Engraçado, né? Veja, vamos pegar uma coisa correlata. Pegue o caso dos Panamá Papers. O presidente do Chile está sofrendo impeachment com base nesse escândalo, mas aqui a grande mídia sequer noticia. Veja, como jurista, não estou dizendo aqui que Moro e Dallagnol devam ser condenados, processados por essa prova porque tenho meus limites como alguém do Direito. Essa não é uma prova que dê para usar para condenar, ela pode ser usada em defesa dos réus etc... Isso é pacífico. Agora, se um dos delatores viesse a público, desse uma entrevista ou fosse ao Parlamento e dissesse: “Olha, eu vinha fazendo uma delação só que aí chegou o Dallagnol e disse que...” Se ele contasse isso efetivamente, haveria novos elementos e aí sim poderia reabrir tudo isso. Nesse momento, só com base na Spoofing, ela é uma questão política. A grande mídia deveria divulgá-la mais. A Spoofing é uma questão jurídica a favor de quem foi prejudicado. Lamentavelmente, nesse caso não se pode usar contra. Se se pudesse, obviamente, Moro, Dallagnol e outros estariam em maus lençóis.

– **Gostaria de lhe perguntar sobre esse uso que foi feito do Ministério Público. O que é preciso mudar? Porque até outro dia não existia nem a perspectiva de que Dallagnol seria punido.**

– Algumas coisas. Em termos gerais, a mesma coisa que precisa mudar no Ministério Público precisa mudar no Judiciário. Tem que mudar o ensino jurídico. Temos que mudar a forma de fazer concursos públicos. Os concursos não podem ser quiz show. Temos que ter outra forma porque hoje temos um círculo vicioso. As faculdades ensinam X que é cobrado pelos

concursos e que os cursinhos de preparação adotam. Então, esse é um longo processo que tem que ser feito. A segunda questão é mudar o modo da funcionalidade do sistema. Por exemplo, o Ministério Público quando vai investigar, tem que colocar na mesa – como eu já disse antes – tudo aquilo que encontra, inclusive, a favor da defesa. E o MP tem que agir de forma isenta, não pode fazer agir-estratégico. O Ministério Público não pode agir como um advogado que você contrata para assistente de acusação porque o Ministério Público tem as mesmas garantias da magistratura. O MP é vitalício, tem independência funcional e é inamovível. Então, quem tem essas garantias de juiz tem que se comportar como um juiz. Ele não pode se comportar agindo estrategicamente e escolhendo, sendo seletivo para escolher coisas para processar alguém. Então, há que se fazer uma grande reformulação nisso.

Por exemplo, eu já escrevi muito sobre isso, na Espanha se exige do Ministério Público uma atuação imparcial e isenta. Aqui no Brasil, nada disso. Inclusive, num processo do Lula, na apelação aqui no TRF-4, ficou dito que não se exige da acusação que ela seja isenta. Vocês aceitariam ser processados por uma acusação que não seja isenta? Pois está lá no acórdão. Eu reclamei disso, escrevi muito sobre isso e ficou por isso mesmo. Nada foi dito, tudo se calou sobre isso. Mas está lá, item 9 do acórdão da condenação do Lula: não se exige isenção da acusação. Ora, se você me pergunta isso, eu digo que a primeira coisa que eu preciso é ter a garantia de que quem vai me processar em nome do povo e da sociedade precisa ter um grau de isenção, se ele encontrar coisas a meu favor ele tem que botar na mesa. Entende? Então, veja que temos aí um

conjunto de elementos que precisam ser modificados.

– A Constituição diz que o MP tem um papel essencial de fiscalização e acompanhamento das polícias, mas não o faz. Nessa reformulação do MP, não seria necessário que essa questão fosse mais clarificada?

– Desde que eu era membro do MP, a grande batalha era fazer com que assumisse o controle externo da atividade policial porque se trata de direitos humanos.

O MP NÃO SE DEU CONTA DA SUA IMPORTÂNCIA E ACABA AGINDO COMO UM PERSEGUIDOR, FAZ SELETIVIDADES E FICA ÀS VEZES CONTRA O POVO

Nós sabemos as arbitrariedades policiais. Não precisa ser nenhum Einstein nem fazer muita pesquisa empírica para saber o que está à frente e o que os veículos de comunicação mostram todos os dias nessa questão da segurança pública e do modo como os pobres são tratados. Isso é uma questão fortíssima. Parece que o Ministério Público não se deu conta de que ele é uma espécie de magistrado. Continua agindo como se fosse aquele perseguidor, aquele promotor público dos anos 1950.

Ele não se deu conta do seu tamanho e da sua importância e acaba agindo como um perseguidor, faz seletividades. Diz que está a favor do povo, mas acaba se colocando muitas vezes contra – ou não o faz. Você toca num ponto fulcral. Essa questão do controle externo da atividade policial, com todo o reacionarismo que se vê dentro das polícias militares, o modo como vemos isso todos os dias. Ali devia estar presente o Ministério Público, aliado a questões que eu já coloquei anteriormente, que são a necessidade da proibição do fazer agir-estratégico, não se comportar como assistente de acusação ou coisa assim e tratar a questão da sociedade sem fazer tais escolhas. Veja, essa questão terrível agora da falta de remédios para tratar câncer. Quer um troço mais dramático do que um sujeito que precisa de remédio para câncer de tireoide, por exemplo? O MP é o guardião da sociedade, dos direitos das pessoas. Estamos falando da sociedade como um todo.

– E falhou na pandemia...

– Faltou muita coisa aí. Faltou Ministério Público, faltou de tudo um pouco. Eu diria que quem se saiu bem nessa história foi o Supremo Tribunal Federal, por mais paradoxal que possa ser. O Supremo teve quatro grandes atuações nesses últimos dois anos. Ele salvou o Brasil em termos federativos. Imagina se o Bolsonaro tivesse ficado cuidando sozinho da pandemia? Aquela famosa ação em que o STF disse que os governadores e os prefeitos também devem cuidar. Ali, o STF salvou a saúde pública. Depois, o Supremo salvou o Brasil com relação à CPI. Mandar fazer a CPI foi um grande passo, ou alguém tem dúvida de que a CPI fez bem ao Brasil? Por que tivemos vacinação mais rápida? Porque a CPI causou isso. Terceiro, nos atos de 7 de setembro o Supremo deu uma boa resposta e estancou o proces-

so e, agora, com a ministra Rosa Weber, o STF salva a questão da transparência e da relação entre poderes sobre a questão do orçamento secreto.

Parece meio bizarro ter que dizer que um orçamento não pode ser secreto, mas o Supremo teve que dizer o óbvio aí. E além desses quatro, tem a quinta ainda que é o inquérito das fake news, quando foi atacado e teve que se defender. Eu sei que o Supremo foi criticado por isso, mas em termos institucionais foi fundamental. E sabe por que o Supremo se defendeu ali? Porque a procuradora-geral à época, Raquel Dodge, não fez a defesa do Supremo e por isso ele teve que usar o regimento interno. Veja, novamente voltamos ao papel do Ministério Público.

E outra questão é que é preciso revisar atos quando o Ministério Público arquiva um caso. Precisamos rediscutir como revisar. Aliás, a CPI da Covid fez lá uma observação legislativa de que a última palavra é do Ministério Público, mas tem que ter um modo de revisar ou deixar que os prejudicados entrem com ação privada.

– De que forma e em quais momentos Moro corrompeu e atacou a democracia brasileira?

– Em vários momentos e isso hoje já está sacramentado pelo próprio Supremo. O grupo ao qual eu pertencço, o Prerrogativas, é especialista em Sérgio Moro. Escrevemos o “Livro das Suspeições”, o “Livro das Parcialidades” e agora vem aí o “Livro do Julgamento”. O grupo é chefiado pelo Marco Aurelio de Carvalho, um especialista, e foi o grupo de juristas no Brasil, do qual tenho a honra de participar, que apontou isso desde o início. Foi também o que derrubou a Dilma. Perceba que tudo está junto. Sérgio Moro permite, divulga, ilicitamente as conversas entre Lula e Dilma. Aí

começa tudo. Um juiz, de forma ilícita, criminosa nesse caso, divulga conversas que não poderia entre um presidente da República com um ex-presidente. Aí o Supremo, em vez de passar uma descompostura no juiz, o decano [Celso de Mello, ex-ministro da Corte] passou nas vítimas, Lula e Dilma. Lembram disso? Ali era o sinal. Moro pegou aquilo como um fortalecimento. Ou seja, todos disseram que ele fez um ato criminoso, mas o decano do Supremo não o disse. Bom, logo

QUANDO MORO DIVULGOU AS CONVERSAS DE LULA COM DILMA, O DECANO DO STF DEU UMA DESCOMPOSTURA NAS VÍTIMAS E NÃO NO JUIZ

depois Moro mandou grampear telefones dos advogados, fez a condução coercitiva do ex-presidente Lula e uma carta de 32 laudas pedindo sinceras desculpas pelo ilícito que ele tinha cometido. Sim, um juiz escreve uma carta pedindo escusas.

Na época, fiz um texto dizendo que o Moro inventou um novo modo de exclusão e extinção de punibilidade. No artigo 109 do Código Penal: “extingue-se a punibilidade, blá, blá, blá...” e embaixo sugeri que se incluísse “e um sincero pedido de desculpas”.

Tudo isso são elementos objetivos. Isso tudo tem um nome técnico, um nome que os americanos inventaram: lawfare. É o uso político da estrutura e do Direito para perseguir adversários.

Sérgio Moro tem uma gravação em que perguntam a ele se vai se candidatar a um cargo político e ele diz que caso se candidatasse estaria minando a credibilidade dos seus próprios atos. Portanto, posso dizer hoje que os atos dele não são críveis porque fez exatamente o que disse que se fizesse, ocorreria. Como ele assumiu agora que é candidato, então estou autorizado a dizer que tudo o que ele fez foi com objetivos políticos. É muito claro isso, uma questão lógica.

E não só isso. Um ex-procurador que agora quer ser candidato, nem estou falando do [Rodrigo] Janot, aquele do “enquanto houver bambu, haverá flecha”. Estou falando do outro, do Carlos Lima que confessou para a Renata Lo Prete, em rede nacional, já aposentado, que a força-tarefa da Lava Jato assumiu um lado. Entre o diabo e o coisa ruim, eles escolheram um lado: Bolsonaro. Eles disseram isso. Portanto, tudo o que se disser hoje e alguém falar “não, você está exagerando”, respondo: não, existem elementos objetivos. Basta pegar os livros do Prerrô ou os meus artigos no Conjur. Em 2015, fiz um debate com o Sérgio Moro e lá eu já avisava o que podia acontecer. Então, temos elementos objetivos. Não inventamos nenhuma frase.

– Ainda sobre o abalo da democracia, o direito à informação é algo fundamental e o papel do jornalismo é cumprir uma função de interesse público. Mas durante todo esse processo, a chamada grande mídia não deu voz aos juristas críticos à Lava Jato. O Prerrogativas nunca teve espaço. Só veio aparecer

depois da Spoofing. Esse tipo de cerceamento não é um desrespeito à democracia?

– Sim. A grande mídia se comporta como um grande diário oficial das forças tradicionais da sociedade, do velho patrimonialismo, dos bancos etc. Isso a gente vê pelos editoriais e pelo modo como se dá a cobertura. Vou dar um exemplo do que eu sofri por causa daquela ação da ADC 44 [presunção de inocência]. É um exemplo que responde muito bem à pergunta e mostra tudo. Dias antes do julgamento final no Supremo, que se deu em outubro de 2019, a grande mídia dizia que se o Supremo julgasse favorável à presunção de inocência 170 mil criminosos, estupradores, corruptos seriam postos nas ruas. E eu escrevi 27 textos sobre isso. E dizia: “pelo amor de Deus, não é assim”. Eu me lembro de entrevistas em grandes rádios e em uma delas uma jornalista me perguntou se eu não me sentia culpado porque se o Supremo decidisse a favor seriam colocados criminosos nas ruas. E eu disse: “Minha filha, não faça isso comigo. Você está sendo desonesta. Vai estudar, vai falar com o seu chefe. Não faça isso comigo. Se nós ganharmos a ação hoje, me ligue em uma semana e vou lhe dar os números”. É claro que ela não ligou e eu escrevi depois e mostrei que saíram oito réus da Lava Jato, 21 pessoas foram soltas no Rio de Janeiro, três foram soltos no Rio Grande do Sul nos primeiros 30 dias. Ou seja, somando todo o Brasil não dava 200 pessoas que saíram por causa da decisão do Supremo. E se dizia que eram 170 mil.

– A mídia teve mesmo um peso pela situação que vivemos.

– Eu reclamava do Merval Pereira, que ficava atacando todos os dias. E, claro, o canhão que ele tinha na mão e eu com uma “espingardinha” dentro dos sites. E aí eu digo,

a luta é desigual. Lutamos com estilingue com a mídia alternativa, enquanto basta um editorial de um grande jornal para trazer uma narrativa que apaga tudo o que se fez. Estou lhe dando esse exemplo porque a gente, escrevendo todos os dias, não consegue apagar essa questão de que seriam soltos 170 mil ladrões, estupradores, bandidos e assassinos. Estávamos apenas querendo cumprir a Constituição. Enfim, é um bom exemplo para você notar qual é o papel da imprensa no Brasil.

O LAVAJATISMO É UMA FORÇA GRANDE E UM IMAGINÁRIO QUE SE CRIOU NO BRASIL QUE TEM UMA MISTURA DE UDENISMO E TENENTISMO

– E a discussão da PEC 05, sobre o Conselho Nacional do MP? O excesso de corporativismo não atrapalha a instituição?

– Essa é uma questão antiga, né? O Brasil é um país corporativo, um país estamental. Tenho minhas diferenças com alguns amigos que acham que a interpretação que o Raymundo Faoro faz do Brasil não é boa. E eu vou na contramão. Eu digo que ela é tão boa que dá quase para tocar, você vê as críticas que ele faz ao patrimonialismo

brasileiro. Mas não é essa a discussão. As instituições acabam sendo impregnadas por isso. Essa PEC 5, por exemplo, foi muito barulho por nada também. É um pouco da peça do Shakespeare que nos vigia aqui na sala, aqui atrás [aponta para a prateleira atrás dele onde está um livro do dramaturgo inglês] porque havia duas PECs. A PEC que o Ministério Público dizia que lhes tirava a independência e a autonomia. Eu não vi essa PEC. E havia outra PEC e essa era a de verdade, a que o Paulo Teixeira [deputado do PT de São Paulo, autor da PEC 5] dizia “olha, a PEC é essa”, ela faria duas ou três modificações, coisas não muito complexas. Mas a discussão que se fez pelo Brasil todo e pela mídia – novamente a mídia. Quem foi contra a presunção de inocência? São os mesmos que fizeram toda essa onda agora por causa da PEC 5, que é a questão da Lava Jato. O lavajatismo no Brasil, podem escrever, é maior do que a Lava Jato.

O lavajatismo é um imaginário que se criou no Brasil que tem uma mistura de udenismo, tenentismo, moralismo e acham que o problema do país está na corrupção dos outros, é claro. Por exemplo, a minha pergunta: quando você ganha diárias que não poderia ganhar, isso é o que? Estou só perguntando, não dou a resposta. Ou seja, no Brasil a questão sempre é o outro. Então, se cria toda essa questão. Acho que talvez essa PEC 5 tenha que ser mais bem discutida e o momento não era o apropriado para se fazer isso. E é muita energia política gasta pelos partidos porque se pensou que era uma espécie de vingança e essa tese foi vendida. Quando você tem algo assim e quer de fato modificar uma estrutura, não pode deixar que ela seja fagocitada pela ideologia e pela política, simplesmente. Aí você perde a discussão, como ela foi perdida. •

CHADINHA
FAMÍLIA
QUEIROZ
CASA 58

RACHADINHA
FAMÍLIA
QUEIROZ
CASA 5

STF: MORO
FOI PARCIAL
CONDENAR LULA

STF: MORO
FOI PARCIAL
CONDENAR LULA

MORO, O MASCARADO, ASSUME O SEU TOSCO PAPEL NA POLÍTICA

O ex-juiz federal, que perseguiu Lula e o PT, agora admite o que sempre negou: gosta mesmo é de fazer política. Pretensioso, o ex-ministro da Justiça de Bolsonaro se filia ao Podemos, a antiga legenda de aluguel da direita chamada PTN e posa de candidato à Presidência. Seu outro parceiro de crimes na Lava Jato, o ex-procurador Dallagnol também anuncia que disputará as eleições



Sérgio Lima/AFP

VOZ FINA O ex-juiz Sérgio Moro, durante o evento em que anunciou a filiação ao Podemos e discursou posando de candidato à Presidência

A entrada em cena de Sérgio Moro no teatro das eleições de 2022 ocorreu na última semana no melhor estilo do velho circo midiático montado pela República de Curitiba no auge da Lava Jato. Com pompa, expectativas de velhacos da direita carcomida nacional e ampla cobertura da imprensa nativa, Moro fez um discurso vazio e anódino. Ele se permitiu repetir os velhos slogans surrados de sempre do combate à corrupção, mas sem falar em desigualdade ou emprego para o povo.

“Chega de mensalão, petrolão, rachadinha e orçamento”, discursou Moro, num evento que parecia aludir à passagem de Fernando Collor, no final dos anos 80, ou ao próprio Bolsonaro, em 2017, como o candidato da salvação nacional, num palco verde, amarelo e azul, repetindo o mesmo padrão da velha direita nacional. Nenhuma palavra sobre a geração da economia ou como fazer o país voltar a crescer com justiça social.

A filiação do ex-ministro da Justiça ao Podemos – a legenda da direita nacional que antes era conhecida como o partido de alu-

quel PTN – ocorreu com pompa e circunstância em Brasília, com figuras pouco conhecidas na política nacional. O ex-ministro falou em combate à corrupção e ao crime organizado, fim da reeleição e do foro privilegiado, volta da prisão a partir de condenação em segunda instância, respeito às listas para nomeação no Ministério Público e a autonomia da Polícia Federal, com mandatos para diretores. Citou a criação de uma corte nacional anticorrupção.

Claro, Moro não fez qualquer menção ao fato de que foi ele próprio um dos responsáveis pela derrocada da economia brasileira, o Golpe de 2016 e a destruição de empresas de engenharia nacional, além de permitir a ascensão da extrema direita ao poder. Moro quer ser o candidato a encantar a direita e os bolsonaristas sem Bolsonaro, o tragicômico presidente que jogou o país na rebordosa institucional e aumentou a miséria da população.

O mesmo Bolsonaro que Moro serviu, de maneira subserviente e encantada, durante dois anos, depois de largar a magistratura assim que cumpriu o seu papel designado pela Lava Jato: tirar o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva da disputa presidencial de

2018, numa manobra corrupta para atender aos interesses das velhas oligarquias e do establishment político e midiático.

Com a velha dicção que lhe rendeu o nada honroso apelido de Pato de Maringá, o ex-juiz federal subiu ao palco para esboçar um discurso surrado e cheio de clichês. “Muitos dizem que não sou eloquente e até criticam minha voz”, disse. “Se não sou a melhor pessoa para discursar, posso assegurar que sou alguém que vocês podem confiar”, pontuou.

“O Brasil não precisa de líderes que tenham voz bonita, mas de líderes que ouçam a voz do povo brasileiro”, disse. Moro não lembrou que só tem 8% das intenções de voto e uma que chega a 60%, de acordo com pesquisa PoderData, instituto ligado ao site *Poder 360*.

E continuou na ladainha em que tenta posar de paladino da Justiça. “A vida pública me testou como juiz e ministro. Tomei decisões difíceis e nunca recuei”, disse, escondendo que deixou o governo escorraçado pelo presidente que apoiou com afinco já em 2018 e a quem deixou de prestar reverência quando passou a tomar broncas públicas do ex-capitão do Exército.

O ex-juiz finalizou o discurso de malandro político de maneira dissimulada, navegando em chavões da velha UDN – bastião dos golpistas conservadores. “Pretendo atuar como um guardião vigoroso do interesse público, como um protetor dos direitos de todos os brasileiros e brasileiras. O Brasil poderá confiar que este filho teu não fugirá à luta e que jamais deixará o seu interesse pessoal acima do interesse do povo brasileiro”. Nem parecia o mesmo homem que jurou que nunca entraria na política, numa entrevista concedida ao *Estadão* em novembro de 2016. •



TCU APURA DIÁRIAS MILIONÁRIAS

A Lava Jato enfrenta novo revés por conta de ilegalidades cometidas durante o funcionamento da força-tarefa de Curitiba. O ministro Bruno Dantas, do Tribunal de Contas da União (TCU), anunciou uma investigação para apurar irregularidades no pagamento de diárias e passagens aéreas aos procuradores da República de Curitiba, entre 2014 e 2021.

As diárias recebidas pelos procuradores totaliza R\$ 2,5 milhões. Se confirmado o prejuízo, os integrantes da força-tarefa terão de ressarcir os valores aos cofres públicos, além de serem penalizados com multas e a proibição de exercer funções públicas por oito anos.

Uma eventual decisão do TCU poderá ainda acabar com o sonho de Deltan Dallagnon de se candidatar a um cargo eletivo em 2022. Responsável pelo powepoint fajuto usado como peça de acusação infundada contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e que o levou à prisão injustamente, Deltan corre o risco de se tornar inelegível.

De acordo com o processo, cinco procuradores da Lava-Jato receberam diárias e passagens para trabalhar em Curitiba (PR) quando poderiam ter sido transferidos para a capital do Paraná. “Não é crível que seria impossível promover medidas mais aderentes ao princípio da economicidade na escolha do modelo de força-tarefa”, aponta Bruno Dantas, em seu despacho. •

DELTINHA QUER SER DEPUTADO

A entrada de Sérgio Moro no Podemos, a legenda que abriga hoje o ex-senador tucano Álvaro Dias (PR), não é a única cartada da Lava Jato. Outra estrela queimada da República de Curitiba também sonha alçar voo como deputado federal no próximo ano. Deltan Dallagnol, o ex-coordenador da força-tarefa da operação do MPF, que tinha como objetivo central destruir Lula e facilitar a venda da Petrobrás, vai ingressar no antigo PTN em dezembro.

Ele foi convidado por Dias a se filiar ao partido – o antigo PTN –, que deve ser a nova legenda dos bolsonaristas sem Bolsonaro. A pretensão do ex-procurador, que anunciou o desligamento do Ministério Público Federal depois de ser desmascarado pela Vaza Jato, é cuidar exclusivamente da carreira política daqui para a frente, apesar dos percalços que enfrenta no Tribunal de Contas da União (leia matéria ao lado).

Depois de destruir a própria imagem de paladino da Justiça por conta da perseguição a Lula, o ex-procurador, cujo apelido entre os colegas da Lava Jato era “Deltinha”, terá de se explicar como usou as diárias milionárias recebidas pela força-tarefa de

Curitiba ao TCU.

Na última sexta, 12, Deltinha desembarcou em Londrina para participar do encontro estadual de pré-candidatos do Podemos. No início de novembro, o advogado anunciou a saída do MPF e sinalizou que abraçaria a política sem as amarras impostas pela legislação que lhe renderam dores de cabeça na Justiça. “Eu tenho várias ideias de como posso contribuir e serei capaz de avaliar, refletir e orar melhor depois que sair do MPF”, comentou.

O ministro Gilmar Mendes, do STF, deu uma indireta ao ex-procurador: “A seletividade, os métodos de investigações e vazamentos: tudo convergia para um propósito claro – e político, como hoje se revela. Demonizou-se o poder para apoderar-se dele. A receita estava pronta”, desmascarou.

O ex-procurador Carlos Fernando Santos de Lima, sinalizou que a Lava Jato quer atuar sem intermediários. Ele disse que Moro e Dallagnol no Podemos são o início da criação de uma frente de combate à corrupção. Como se não fossem eles os corruptos que fraudaram provas, manipularam delações e atuaram para perseguir adversários. •



Nathalie Nascimento

O DUPLO MORTAL CARPADO DE SÉRGIO MORO E DALLAGNOL

O ex-juiz e o coordenador da Lava Jato fazem dos antigos cargos um trampolim e agora revelam ao país a verdadeira índole dos abusos que praticaram. São traidores das instituições às quais pertenceram, violadores da ordem jurídica, sedentos de poder e ávidos pela manipulação da opinião pública



Mauro de Azevedo Menezes *, Lenio Luiz Streck ** e Marco Aurélio de Carvalho ***

O anúncio público da filiação político-partidária do ex-juiz Sérgio Moro, com a pretensão de empreender uma candidatura à Presidência da República, e o desligamento do procurador da República Deltan Dallagnol dos

quadros do Ministério Público Federal, também com finalidade política, representam a consumação de uma manobra escancarada de aproveitamento político do sistema de Justiça. Trata-se da admissão inexorável de que a perseguição judicial odiosa, levada a efeito pelo irregular conluio de ambos, nada mais era senão um plano sórdido de obtenção de vantagens eleitorais por meios fraudulentos.

Esses dois notórios personagens, celebrizados por uma promíscua atuação concertada, mediante a qual, durante a chamada operação Lava Jato, frustraram escandalosamente garantias processuais básicas, como o devido processo legal, a presunção da inocência, o juiz natural e a paridade de armas entre acusação e defesa, agora revelam cinicamente seus verdadeiros propósitos.

Os falsos pretextos de “combate à corrupção”, “Brasil justo para todos” e “lei que deve valer para todos”, utilizados de modo farsesco, na verdade traduziam a desonesta busca de interesses pessoais, à custa do desvio de finalidade em investigações policiais, na apresentação de denúncias e nas instruções processuais.

Como resultado da degradação da essência das suas funções de juiz e de procurador, Moro e Dalagnol fomentaram e promoveram a condenação de inocentes e a bancarrota de segmentos importantes da economia nacional, numa tenebrosa deformação dos

encargos da magistratura e do Ministério Público. Ainda que a Lava Jato tenha servido, num primeiro momento, a descortinar oportunamente a ocorrência de crimes financeiros relacionados com atos de corrupção, o decurso posterior de espetaculosas ações policiais e medidas judiciais excessivas desencaminhou o eixo da operação, de modo a associá-la a um rasteiro complô, destinado a interferir decisivamente no processo político.

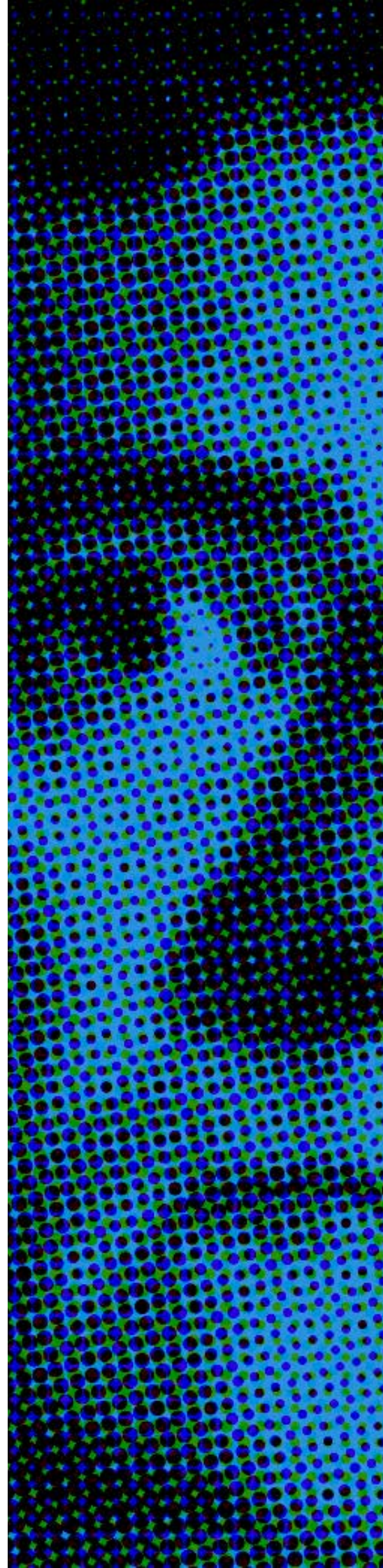
Sérgio Moro passou a violar gravemente a obrigação de imparcialidade a que devem respeito todos os magistrados, como condição elementar de sua atuação. Já Deltan Dallagnol converteu a força-tarefa que coordenava na Lava Jato num sinistro esquadrão dedicado a empreender perseguições políticas, sem base legal.

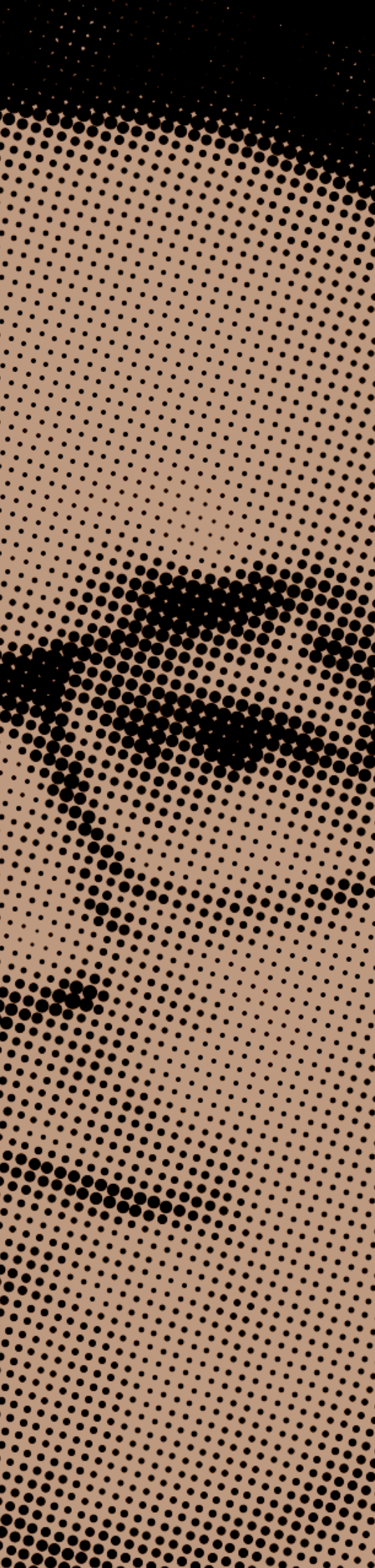
Pois bem, Moro e Dallagnol agora revelam ao país a verdadeira índole dos abusos que praticaram. São traidores das instituições às quais pertenceram, violadores da ordem jurídica, sedentos de

poder e ávidos pela manipulação de incautos. Evidenciam, com a demonstração de seu apetite político-eleitoral, alimentado pelo fanatismo punitivista, que a chamada República de Curitiba transgrediu sistematicamente os limites legais, a partir de um clandestino projeto político.

Essa foi a marca da passagem de Moro pela magistratura e de Dallagnol pelo Ministério Público. Agiram movidos

**MORO PASSOU
A VIOLAR A
OBRIGAÇÃO DE
IMPARCIALIDADE
A QUE DEVEM
RESPEITO TODOS
OS MAGISTRADOS
PARA SUA
ATUAÇÃO**





por interesses inconfessáveis, que agora vêm à tona. Suas digitais estão gravadas na trilha de depravação institucional que guindou Jair Bolsonaro ao cargo de Presidente do Brasil.

Nesse contexto, salta aos olhos o absurdo de apresentar a candidatura presidencial de Sergio Moro como suposta “terceira via” na disputa entre Jair Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva.

Atuando como consultor de um escritório de advocacia estrangeiro, após curta e malsucedida passagem pelo Ministério da Justiça no governo Bolsonaro, Moro não se constrangeu em deflagrar tratativas políticas visando às eleições de 2022, embora significativamente pedisse a seus interlocutores que mantivessem sigilo sobre suas intenções por conta de questões contratuais com seu então empregador.

Contenções éticas jamais constituíram inibição para as desavergonhadas articulações do ex-juiz. A sua conduta é parte de um trôpego intento político, supostamente equilibrado. Ao que parece, Moro evoca como credenciais para se encaixar nesse perfil o seu antagonismo com o presidente Lula e o rompimento que protagonizou ao deixar a função ministerial no governo Bolsonaro. Mas tanto a noção específica do que seja essa alternativa, quanto a legitimidade do pretendente à vaga, padecem de distorções que precisam ser enfrentadas.

MORO ABRIU MÃO DA ISENÇÃO JUDICIAL, PARA ATUAR ÀS ESCONDIDAS, DE MODO PARCIAL, E FOI DECLARADO SUSPEITO PELA SUPREMA CORTE

Se em princípio parece sedutora a ideia de um “tertius”, que sugira postura equidistante entre extremos, convém observar que, a rigor, é fictícia a suposta polarização que contrapõe Bolsonaro e Lula como representantes de dois polos semelhantes em termos de desajuste político.

Na verdade, enquanto Bolsonaro atua como permanente inimigo da democracia e do Estado de Direito, empre-

endendo constantes ataques às instituições, subvertendo políticas públicas previstas na Constituição e erodindo a essência da ação governamental em diversos setores, Lula, de outra parte, sempre pertenceu ao campo democrático, atento à estabilidade política e reverente às regras do jogo previstas na lei e na Constituição.

Essa constatação escancara a evidência de que Lula e Bolsonaro não são duas faces da mesma moeda. Longe disso! Trata-se de uma comparação maliciosa e mentirosa. Note-se ainda que a concepção estruturante da chamada “terceira via” parte de uma premissa falaciosa, que milita contra o imperativo de união, ao menos no segundo turno, de todos os segmentos políticos avessos ao autoritarismo grotesco e corrosivo representado por Jair Bolsonaro.

No que diz respeito à possível reivindicação de Sergio Moro como opção de centro, equidistante numa disputa Bolsonaro-Lula, não há como disfarçar a absoluta inadequação do ex-juiz a esse

imaginário papel. Afinal, Moro abriu mão da necessária isenção judicial, para atuar às escondidas, de modo parcial, chegando ao ponto de ter declarada pelo Supremo Tribunal Federal a sua conduta suspeita.

Como alguém com esse histórico poderia aspirar agora condição politicamente idônea? Não há hipótese! Logo, é imperativo denunciar a trama nefasta urdida por Moro

e Dallagnol para tornar a Operação Lava Jato o epicentro de uma articulação golpista, que só trouxe prejuízos ao país.

Nesse sentido, convém lembrar que a trajetória política de Sérgio Moro teve um início degradado, justamente pela troca de favores negociada com o próprio Bolsonaro. Valendo-se de artifícios ilegais, Moro cuidou de alijar Lula da corrida eleitoral de 2018.

Mais tarde, colaborou para derrotar Fernando Haddad, com a divulgação, às vésperas do pleito, de uma delação fantasiosa de Antônio Palocci. Disso resultou a sua extravagante nomeação para o cargo de ministro da Justiça, após uma constrangida renúncia ao cargo de juiz federal. Até mesmo a promessa de uma pensão anômala e destituição de base legal foi objeto dessa transação deplorável.

Quais seriam então as credenciais éticas ou políticas existentes para que Sérgio Moro se considere apto a renegar tais graves responsabilidades, pela

COMO ALGUÉM COM O HISTÓRICO DE MORO E DALLAGNOL PODERIA ASPIRAR AGORA CONDIÇÃO POLITICAMENTE IDÔNEA? NÃO HÁ HIPÓTESE!

deformação do exercício do cargo de juiz? E de que forma poderia o ex-ministro da Justiça superar a umbilical ligação de sua aventura política com o projeto de poder bolsonarista? São perguntas sem resposta.

A pretensão eleitoral do ex-juiz é um autêntico escárnio! Mais uma etapa no percurso de uma personalidade deslumbrada, que abdicou do requisito

de integridade a ser observado no exercício da atividade política.

Embora considerado suspeito e parcial pelo Supremo, Sergio Moro agora intenta sublimar as heresias que praticou, para ressurgir na política como santo, supostamente isento dos seus graves pecados e em busca de uma imerecida redenção, com a falsa narrativa que o promove a alternativa entre dois extremos.

Mas a aventura político-partidária de infames trapaceiros como Moro e Dallagnol não irá longe. A consciência jurídica do país haverá de dimensionar com a devida lucidez o dano incomensurável que ambos perpetraram contra a Justiça brasileira, em prejuízo da Democracia e em desfavor do interesse nacional. •

* Advogado, ex-presidente da Comissão de Ética Pública da Presidência da República (2016-2018) e mestre em Direito Público pela UFPE. ** Jurista, professor de Direito Constitucional e pós-doutor em Direito pela Universidade de Lisboa. *** Advogado especializado em Direito Público e Coordenador do grupo Prerrogativas.

CARLOS FERNANDO TAMBÉM QUER DISPUTAR ELEIÇÕES

A mosca azul da política não inoculou apenas em Sérgio Moro e em Deltan Dallagnol a vontade de mergulhar na política partidária. Outro ex-procurador da República que integrou a Lava Jato e está louco para se aventurar em Brasília como político profissional é Carlos Fernando dos Santos Lima.

Ex-procurador que integrou a força-tarefa da Lava Jato, e apontado como uma liderança no grupo de procuradores que atuaram para destruir o PT e perseguir Lula e outros líderes políticos da esquerda, também pretende concorrer às eleições de 2022. Segundo o jornalista Guilherme Amado, colunista do portal Metrôpoles, Santos Lima tem mantido conversas com Moro e o Podemos.

Ex-procurador da Lava Jato, ele integrou a força-tarefa desde o começo até 2018, quando deixou o Ministério Público Federal na esteira do escândalo da Vaza Jato, quando o site The Intercept revelou os podres da República de Curitiba e a ação ilegal de Moro e dos procuradores.

O ex-procurador seria, ao lado de Sergio Moro, Deltan Dallagnol e, possivelmente, do ex-chefe do Ministério Público Federal Rodrigo Janot mais um a formar o Partido da Lava Jato no Podemos. Segundo Amado, Santos ainda não decidiu se vai entrar para a política e deixar a advocacia, que exerce atualmente, nem bateu o martelo sobre qual seria o cargo que disputaria.

Santos foi acusado, ao lado de Deltan Dallagnol, de ser um dos procuradores que mais teria atuação política indevida no desempenho da função. •



Divulgação

QUAL INTERESSE PÚBLICO?

Antes da Lava Jato, o setor de construção pesada respondia por 50% da formação bruta de capital fixo do país. O país perdeu, desde o início da operação, R\$ 170 bilhões em investimentos

Maria Virginia Mesquita Nasser

O capitalismo brasileiro sempre foi um capitalismo de Estado. Fundos e políticas estatais sempre tiveram presença no desenvolvimento da economia brasileira e não foi diferente com o setor da construção pesada. Na ditadura civil-militar formou-se o oligopólio das grandes empreiteiras que, mais tarde, se expandiram para outros ramos da infraestrutura, sempre fomentadas por governos via contratos públicos, empréstimos, financiamentos e parcerias de investimento.

Ocorre que as relações entre público e privado no setor – como em alguns outros – eram permeadas por má governança. Cristalizou-se com o tempo uma relação simbiótica em que empresas faziam doações eleitorais e, por vezes, pagavam propinas para obter contratos públicos, investimentos e financiamento, contando ainda que as doações – lícitas e ilícitas – garantiria boas relações com os governantes, de modo a evitar problemas com a administração pública e obter regulação favorável.

Esse cenário se desenvolve enquanto se cria, na sociedade bra-

sileira, uma permanente frustração com a corrupção, percebida por vezes como o problema mais grave do país e razão principal de nosso subdesenvolvimento. Diversas campanhas eleitorais – de Jânio Quadros a Sérgio Moro, passando por Fernando Collor – tinham como principal mote o combate à corrupção. Na mídia, escândalos de corrupção sempre rendem matérias suculentas.

Nesta dinâmica, o Brasil foi adotando diversas leis voltadas a combater a corrupção e a criminalidade de colarinho branco, sem se preocupar em coordená-las muito bem, calcada na ideia

de que mais controle seria sempre melhor. Foi assim que aprovamos em 2013 as Leis 12.850 e Lei 12.846. Tais normas seguiam recomendações de órgãos internacionais de adoção de acordos de delação e leniência, por serem instrumentos que trariam efetividade ao sistema de justiça.

Com a promulgação da Lei Anticorrupção, adotamos o padrão americano de combate ao suborno transacional para enfrentar a corrupção doméstica, mas nos esquecendo que os Estados Unidos têm uma legislação eleitoral e de lobby detalhada, evitando que toda e qualquer doação eleitoral possa ser tida e condenada como corrupção. Além disso, os EUA também têm um sistema legal voltado a preservar a empresa que faz acordo de leniência, impedido sua bancarrota.

A partir da apuração de esquemas de corrupção na Petrobrás,

DE FORMA EQUILIBRADA E REPUBLICANA, ERA POSSÍVEL TER ENFRENTADO A CORRUPÇÃO DE FORMA MENOS DESASTROSA DO QUE FEZ MORO

investigar um grande esquema de corrupção ganhou a mídia e, com isso, forte apoio da opinião pública. Além do Ministério Público Federal, outros órgãos de controle instauraram processos de responsabilização das grandes construtoras, sem que houvesse uma coordenação capaz de fazer com que, feita a leniência com uma autoridade, a empresa estaria livre de novos processos e reabilitada a disputar contratos públicos.

Esses órgãos de controle,

a Força Tarefa da Lava Jato obteve a prisão de executivos da empresa estatal, que começaram a fazer suas primeiras colaborações. Algumas condutas delatadas realmente eram esquemas de corrupção. Outras não. Não tratavam da compra de um ato do agente público, mas do esquema maior de captura por agentes privados, como mencionado acima.

A narrativa hiperbólica de que a Lava Jato estava a

em franca disputa pela enorme projeção que a Lava Jato angariava, alegavam que não poderiam abrir mão da competência para responsabilizar as empresas, pois estariam defendendo o interesse público, que era irrenunciável. Esqueceram-se que o interesse público não corresponde apenas a ressarcir o erário, mas também a manter empresas funcionando, gerando empregos e investimentos.

Com isso, as construtoras perderam crédito e contratos, entrando em grave crise financeira. Antes da operação da República de Curitiba, o setor de construção pesada respondia por 50% da formação bruta de capital fixo do país. Não surpreende que, ao reduzi-lo drasticamente, o Brasil tenha perdido mais de R\$ 170 bilhões em investimentos.

De forma equilibrada e republicana, era possível ter enfrentado a corrupção de forma menos desastrosa. Com mais reformas, menos punitivismo e menos espetáculo. Ao final, o que se produziu foi a campanha eleitoral mais cara do período republicano. •

Advogada, atua nos setores de infraestrutura, compliance e direito sancionador. É mestre pela London School of Economics (LSE) e doutora em Direito pela USP.

NA TERRA DO TIO SAM

Nos EUA, a legislação eleitoral regulamenta inclusive o lobby, evitando que qualquer doação eleitoral possa ser tida e condenada como corrupção. Além disso, o sistema legal lá é voltado a preservar a empresa que faz acordo de leniência, impedindo sua bancarrota. Exatamente o contrário do que fez o então juiz Sérgio Moro no Brasil

Divulgação





Ricardo Stuckert

LÍDER EM TODOS OS CENÁRIOS

A alta rejeição do governo acarreta um possível teto eleitoral para Bolsonaro. E, no segundo turno, o petista tem 30 pontos de vantagem ante Bolsonaro, 33 de dianteira sobre Moro, 35 em Moro e 45 em Doria. E ainda tem a menor taxa de rejeição

Matheus Tancredo Toledo

A disputa presidencial em 2022 ganhou novos elementos que pioram a situação do presidente Jair Bolsonaro. Neste artigo, trazemos as análises do Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos (Noppe), da Fundação Perseu Abramo, sobre os resultados das últimas pesquisas Quaest e Vox Populi, divulgadas na semana, com apontamentos e tendências possíveis detectadas.

Ambas as pesquisas revelam

que o cenário eleitoral segue desenhado, até o momento, em torno de uma larga vantagem para o ex-presidente Lula (PT), com possibilidade de vitória em primeiro turno. O levantamento da Quaest traz um possível teto para Jair Bolsonaro - que agora disputa votos com o ex-juiz Sérgio Moro. Houve uma queda de 5 pontos percentuais desde a última pesquisa, com a entrada de Moro nas simulações.

Esse quadro desidrata outros candidatos que se intitulam como 'terceira via'. Em relação à outra pesquisa do instituto que testou um cenário reduzido com Lula,

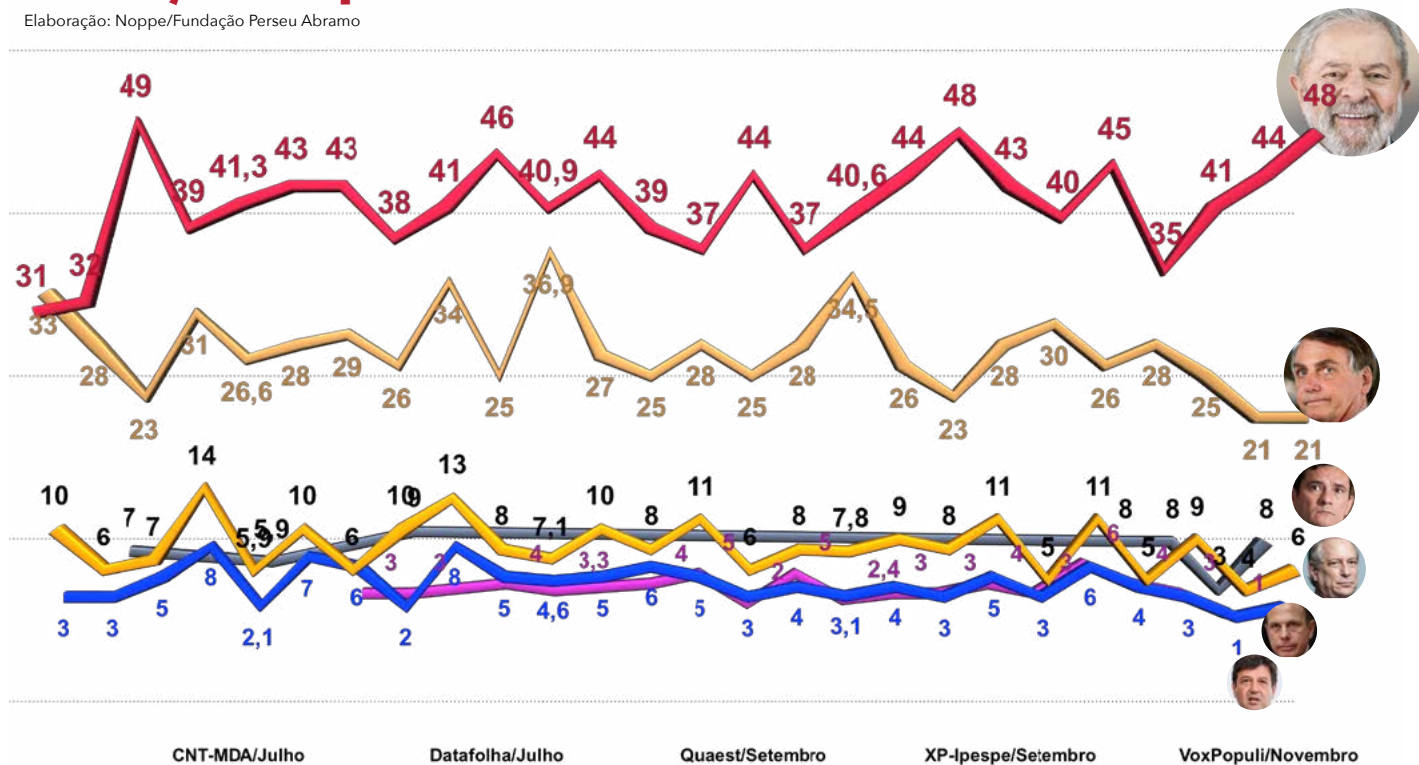
Bolsonaro, Ciro Gomes, João Doria e Rodrigo Pacheco, feita em setembro, houve queda de 2 pontos percentuais (p.p.) na intenção de voto do candidato do PDT e 4 p.p. do governador de São Paulo.

Já Lula cresceu de 46% para 48% em dois meses e hoje teria 56% dos votos válidos. Nas simulações de segundo turno, o ex-presidente tem 30 pontos de vantagem para Bolsonaro, 33 para Ciro, 35 para Moro e 45 para Doria.

Chama a atenção, por fim, os índices de rejeição medidos pelo instituto: 67% dos brasileiros conhecem e não votariam em Jair Bolsonaro, 61% em Moro, 58%

Evolução no primeiro turno

Elaboração: Noppe/Fundação Perseu Abramo



em Dória, 53% em Ciro e 39% não votariam em Lula. O ex-presidente tem o menor índice entre os principais pré-candidatos à Presidência da República.

Bolsonaro rejeitado

O levantamento da Quaest foi realizado presencialmente entre os 3 e 6 de novembro em parceria com a consultoria Genial Investimentos. E o da Vox Populi, entre 30 de outubro e 4 de novembro. De acordo com a Quaest, aumentou a reprovação ao governo Bolsonaro, de 53% para 56%. O levantamento da Vox Populi traz a reprovação ao governo em 51%, e a desaprovação pessoal do presidente em 69%.

Segundo o Quaest, a aprovação caiu para menos de um quinto da população, chegando a 19%. Com isso, os dados confirmam o que outros institutos vinham demonstrando - uma reprovação na casa dos 60% da população ao governo.

Destaque para os patamares elevados de reprovação do presidente nas regiões Sul e Norte (54% e 59%, respectivamente)

e no Nordeste (60%) e Sudeste (54%). Há alta reprovação entre a base social da pirâmide (60%) e no segmento com renda familiar mensal de 2 a 5 salários mínimos (55%). A pesquisa também confirma a alta reprovação entre as mulheres (59%), entre os jovens (61%) e entre os católicos (59%).

A alta rejeição do governo acarreta um possível teto eleitoral de Jair Bolsonaro e, ainda, a percepção majoritária de que o atual presidente não merece mais quatro anos de governo.

De acordo com o levantamento Quaest, Bolsonaro atinge 21% das intenções de voto em ambos os cenários testados, e 69% dos brasileiros afirmam que ele não merece ser reeleito. Nesse sentido, outro dado interessante é que entre quem declara ter votado em Bolsonaro no segundo turno das eleições de 2018, 40% afirmam que ele não mereceria outro mandato.

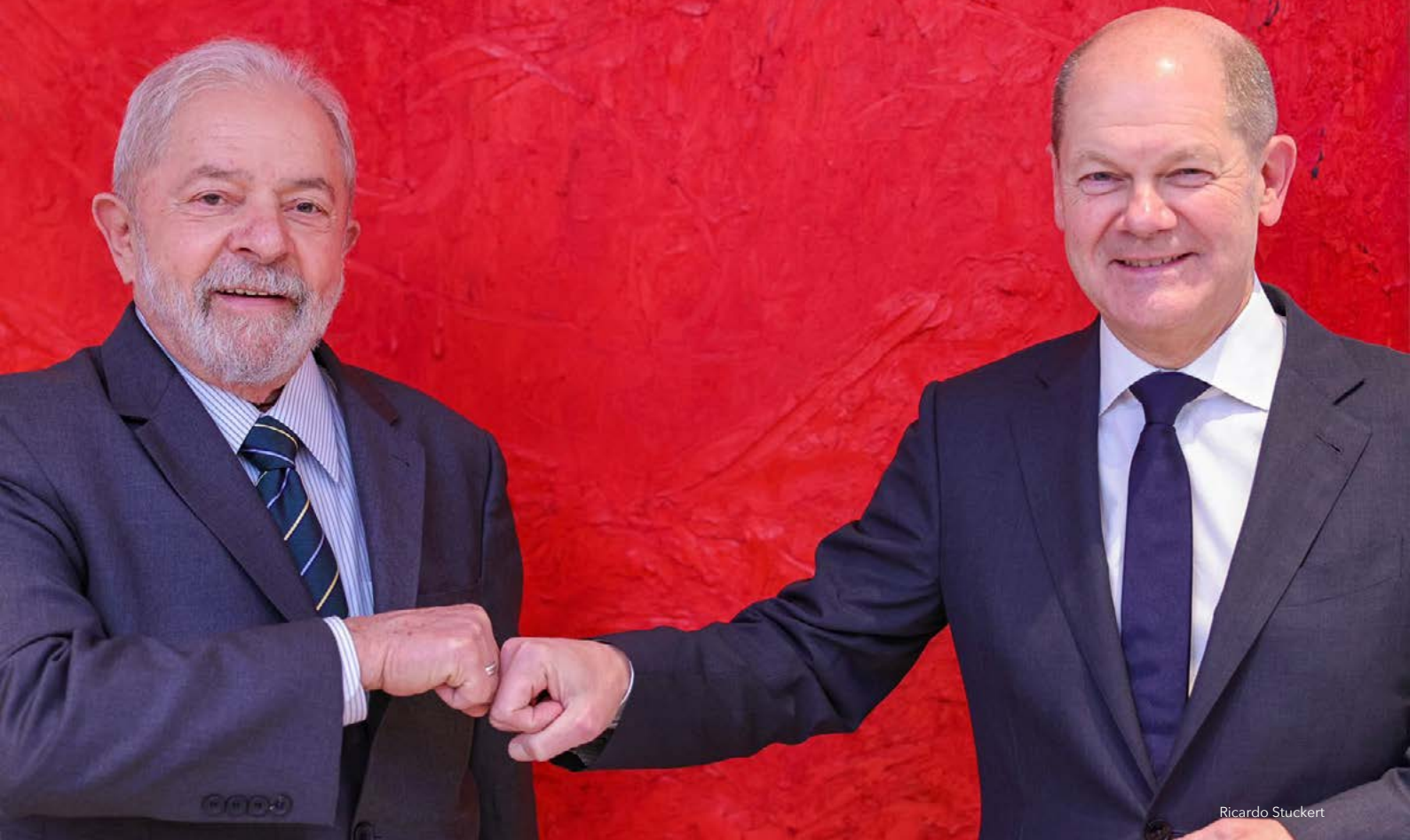
O levantamento da Quaest confirma que a economia é a grande preocupação dos brasileiros no momento, conforme apontamos em artigos anteriores. De agos-

to deste ano para cá, aumentou de 32% para 48% a menção aos problemas econômicos como os principais do Brasil, o que coincide com uma queda da percepção em relação à saúde e à pandemia.

A pesquisa também aponta que 'questões sociais' - nomenclatura do próprio instituto - são mencionadas como principais problemas para 13% da população. Desagregando as categorias, 23% da população opinam que o problema é o crescimento econômico; 14%, o desemprego; e, para 11%, a inflação. E de outro lado, a fome preocupa 10% e a desigualdade, 2%.

Portanto, 60% das menções totais aos problemas estão concentradas nesses dois eixos - que dizem respeito aos problemas igualmente econômicos e sociais, sem distinção. Segundo a Vox Populi, 70% dos brasileiros avaliam negativamente a situação econômica, e 79% estão insatisfeitos com o país. •

Cientista político com mestrado na PUC-SP, é analista do Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos (Noppe), da Fundação Perseu Abramo.



REAPROXIMAÇÃO O ex-presidente do Brasil e o futuro chanceler alemão Olaf Scholz estiveram reunidos na sexta, 12

O ESTADISTA CHEGA À EUROPA

Lula estará reunido nos próximos dias com alguns dos principais líderes europeus. Ex-presidente quer retomar o diálogo com chefes de Estado, depois do fiasco da passagem de Bolsonaro pelo G20

A comparação é inevitável. Enquanto Jair Bolsonaro protagonizou no encontro do G20, realizado em Roma, há duas semanas, algumas das mais vergonhosas cenas com chefes de Estado na Europa – com direito a pisar no pé da chanceler alemã Angela Merkel, reforçando a percepção do isolamento político absoluto do Brasil. Pois a situação agora é absolutamente diversa. O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva desembarcou em Berlim na quarta-feira, 10, e já abriu o diálogo com alguns dos mais importantes líderes políticos.

Na sexta-feira, 12, Lula se reuniu com o vencedor das eleições alemãs de setembro, Olaf Scholz, do SPD (partido social-democrata alemão), que está em processo de formação da aliança que irá substituir o governo da chanceler Angela Merkel. “Falamos sobre o processo político alemão e sobre a importância de fortalecer a cooperação Brasil e Alemanha”, disse.

O ex-presidente estará nos próximos dias na Bélgica, França e Espanha. Entre os compromissos, destacam-se eventos em Bruxelas e em Paris. Nesta segunda-feira, 15, ele participa de uma Reunião de Alto Nível no plenário do Parlamento Europeu.

O bloco social democrata do Parlamento reunirá em Bruxelas líderes da Europa e da América Latina, para discutir uma agenda progressista para os desafios no mundo pós-pandemia.

Além de Lula, que fará o discurso de encerramento do evento, participam da reunião Josep Borrel, vice-presidente da União Europeia; José Luis Rodríguez Zapatero, ex-primeiro-ministro da Espanha; Claudia Sheinbaum Pardo, governadora da Cidade do México; Claudia Nayibe López Hernández, prefeita de Bogotá (Colômbia) e o líder do bloco social democrata, Iratxe García Pérez.



ALTO NÍVEL Em Berlim, Lula se encontrou com o ex-presidente do Parlamento Europeu Martin Schulz e as deputadas Yasmin Fahimi e Isabel Cadermatori, ambas também do SPD. Solidariedade e respeito entre políticos

Na Alemanha

O encontro com Scholz é prova do respeito político do líder alemão e do prestígio do ex-presidente. O novo chanceler negocia com o Partido Verde e o Partido Liberal alemão a formação do seu governo como primeiro-ministro. O encontro com Lula durou uma hora e os dois líderes políticos trataram de reforçar os laços entre Brasil e Alemanha.

Ainda na sexta-feira, Lula também se encontrou com o presidente da Fundação Friedrich Ebert, o ex-presidente do Parlamento Europeu Martin Schulz, e as deputadas do SPD Yasmin Fahimi e Isabel Cadermatori, eleitas na última eleição. “A mais recente vitória da democracia no mundo aconteceu aqui na Alemanha”, lembrou o ex-presidente do Brasil. Ele estava acompanhado do presidente da Fundação Perseu Abramo, o economista Aloizio Mercadante.

“Agradeço a solidariedade que tiveram comigo e com o povo brasileiro nos últimos anos”. Martin esteve com Lula no Brasil, há dois anos, quando Lula permanecia preso na PF. “Sou grato por ter feito questão dele ir até o Brasil me visitar em Curitiba”, comentou.

“É uma felicidade e uma honra

vê-lo aqui hoje, com saúde e sua vontade de lutar pela democracia no Brasil”, comentou Yasmin Fahimi, que tem grande diálogo com o país. Lula esteve com Fahimi no Brasil e na Alemanha, em 2014 e 2015, e ela passou por Curitiba em 2019, quando protestou contra a prisão ilegal que Lula sofria naquele momento, promovida pelo então juiz Sérgio Moro, e que ajudou a eleger Bolsonaro ao tirar o ex-presidente das eleições de 2018.

Na última quinta, Lula se encontrou com sindicalistas alemães. Ele esteve reunido com Reiner Hofmann, presidente da Confederação Alemã de Sindicatos; Michael Vassiliadis, presidente do Sindicato de Minas, Química e Energia; Frank Werneke, presidente do Sindicato Unido de Serviços, e Christiane Bonner, do Sindicato dos Metalúrgicos da Alemanha.

Em Paris, na terça-feira, 16, Lula dará uma palestra durante a con-

ferência sobre o Brasil no Instituto de Estudos Políticos de Paris (Sciences Po). O colóquio “Qual o lugar do Brasil no mundo de amanhã?” marca os dez anos do título de Doutor Honoris Causa que Lula recebeu da Sciences Po. O ex-presidente foi o primeiro líder latino-americano a receber esse título de uma das instituições mais respeitadas do mundo na área de ciência política e social.

Ele também receberá o prêmio Coragem Política 2021, concedido pela revista *Politique Internationale* por sua gestão “marcada pelo desejo de promover a igualdade” na Presidência. A premiação é concedida apenas em ocasiões extraordinárias e entregue quando o conselho da publicação, uma das principais do mundo em relações internacionais, reconhece a personalidade que se destaca globalmente por ação na política. Em Paris, Lula ainda vai se reunir com a prefeita Anne Hidalgo. •

Fotos: Ricardo Stuckert



INTERLOCUÇÃO SINDICAL

Lula e Mercadante estiveram reunidos na quinta-feira, 11, com dirigentes de sindicatos alemães



Divulgação

PROVA DO ENEM CORRE RISCO

Servidores apontam que realização do exame será como “pilotar um avião às cegas”. O Inep não terá condições de responder a qualquer eventualidade que aconteça durante realização dos testes

Danilo Molina

A menos de duas semanas da realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), os quase 3,4 milhões de inscritos na avaliação foram surpreendidos com a informação de pedido coletivo de exoneração de gestores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), autarquia responsável pelo exame ligada ao Ministério da Educação. No total, 33 servidores públicos do órgão deixaram os cargos de chefia em razão da “fragilidade técnica e administrativa da atual gestão máxima do Inep”.

O número chega a 35 funcionários de carreira, se somados os dois coordenadores-gerais que pediram exoneração na semana passada pelo mesmo motivo. Com isso, mais de 25% dos cargos comissionados da autarquia estão vagos, nas vésperas do maior exame organizado pelo órgão, gerando insegurança e incerteza nos milhões de inscritos no Enem.

Em manifesto público, a Associação dos Servidores do Inep (Assinep) denunciou o clima de desconfiança, intimidação, assédio, perseguição e insegurança psicológica que tomou conta da autarquia. “Alertamos, por fim, quanto ao risco da permanência de Danilo Dupas na Presidência

do Inep, por ter uma gestão caracterizada por afugentar e oprimir pessoas, o que gera vulnerabilidades aos exames, avaliações, censos e estudos, comprometendo a trajetória exitosa de 85 anos do Inep”, denuncia.

Os servidores também acusam o presidente do Inep, o quarto no governo Bolsonaro em apenas três anos de mandato, de ingerência, utilização dos canais de comunicação do órgão para a autopromoção, censura e de paralisia administrativa – ele se recusa a assinar qualquer ato. “O Comitê de Governança Institucional (CGI), na teoria possui ares de ‘colegiado’, mas na prática dá a impressão de que somente referenda as decisões monocrá-

ticas do presidente. Ao que parece, tudo estrategicamente planejado e executado de modo a proteger o dirigente máximo da autarquia”, aponta a Assinep.

Apesar do cenário de caos instalado na autarquia e da completa omissão do ministro da Educação, Milton Ribeiro, que não se pronunciou sobre o caso até o momento, o Inep anunciou que o exame está mantido. Ribeiro está na Europa e, em setembro, durante audiência na Câmara dos Deputados, chegou a declarar que o exame era um desperdício de dinheiro. “Joguei R\$ 300 milhões na lata do lixo [em 2020]”, disse.

A **Focus Brasil** apurou que o grande gargalo do Enem deste ano será a ausência de uma sala de situação que monitore o andamento das provas em tempo real. Servidores afirmam que o exame terá acompanhamento impossível, comparando a situação a “pilotar um avião às cegas”. Ou seja, o Inep não terá condições de responder em tempo a qualquer eventualidade que aconteça no andamento da execução do Enem.

Ex-ministro da Educação, Aloizio Mercadante, criticou a falta de gestão que tomou conta da educação brasileira no governo Bolsonaro. O presidente da Fundação Perseu Abramo destaca que, nos governos do PT, o Enem foi transformado no grande caminho de oportunidades de acesso à educação superior brasileira, sendo um critério republicano para programas como o Sisu, o Fies, as cotas e o ProUni.

“Para dar segurança ao exame, realizamos aprimoramentos de gestão e elaboramos um processo que envolvia, desde a elaboração até a realização e correção, mais 11 módulos de segurança e mais de 3,6 mil pontos de controle, além de parceria com a Polícia Federal para a pre-

Roberto Stuckert Filho



PROVIDÊNCIA Ex-ministro da Educação, Aloizio Mercadante sugere ao Congresso que convoque Milton Ribeiro a explicar o que está acontecendo

venção de tentativas de fraude”, observa Mercadante.

Responsabilidade com PT

O fato é que, nos governos Lula e Dilma, a gestão do Enem passou por uma série de aprimoramentos de gestão, com segurança e com redução de custos. Desde 2012 até o Golpe de 2016, não houve registros de problemas de segurança nas provas do Enem e o exame chegou a se tornar o segundo maior do planeta, atrás apenas da prova chinesa, com 8,6 milhões de inscritos em 2016.

Outra celeuma envolvendo a realização do Enem deste ano é a decisão do governo Bolsonaro de negar isenção social de taxa para estudantes faltosos na prova de 2020. Entretanto, em setembro, o Supremo Tribunal Federal obrigou o Executivo a retomar as inscrições e não cobrar a taxa para os ausentes do ano anterior. Foi isso que levou Milton Ribeiro a dizer que a decisão do Supremo era como jogar R\$ 300 milhões na lata do lixo.

Entretanto, Mercadante recorda que o Enem já vinha passando por um esvaziamento sob o governo Bolsonaro, com um ministro que considera a universidade

como um privilégio para poucos. Para ele, a sociedade precisa reagir ao desgoverno e preservar o Enem como uma conquista social da educação brasileira.

“Para isso, é imperativo que o Congresso Nacional convoque o ministro da Educação a dar explicações públicas sobre os desmandos em curso no Inep”, defende Mercadante. “Ele precisa apresentar as providências para assegurar o bom êxito da prova. Afinal, Bolsonaro sempre se posicionou publicamente na direção de intervir no Enem. Ao que parece, essa tutela autoritária e obscurantista está sobre o Enem e terá como vítima principal o caminho de oportunidades que construímos”, denuncia.

Mas, as negligências envolvendo o Inep não vem só de agora. Em maio, duas graves denúncias envolveram a autarquia. A primeira foi a censura de um estudo que mostra os efeitos positivos do programa de alfabetização implantado nos governos do PT. A segunda envolve a atuação direta do ministro Milton Ribeiro, em favor de um centro universitário presbiteriano denunciado por fraude no Enade 2019. Ambas, seguem sem respostas ou desdobramentos. •



Sérgio Lima

FLANANDO Em meio à crise no Inep, o ministro Milton Ribeiro foi para Paris para participar da 41ª Conferência da Unesco e só voltou no domingo

EM MEIO À CRISE, UMA VIAGEM A PARIS

Ministro da Educação cumpre agenda na Europa, após debandada no Inep. E não se manifestou sobre a crise no Inep, cujo presidente foi à Câmara e desconversou

Desde o início da semana, o ministro da Educação, Milton Ribeiro, está em Paris para participar da 41ª Conferência Geral da Unesco. Ele fica na capital francesa até domingo, 14, segundo a agenda oficial, apesar da crise que assola o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), às vésperas da realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), marcado para acontecer nos dias 21 e 28 de novembro.

**ENQUANTO O
INEP VIVE CRISE
QUE AMEAÇA
REALIZAÇÃO DO
ENEM, O MINISTRO
ESTÁ EM PARIS.
MAS SE RECUSA
A FALAR SOBRE
RISCOS AO ENEM**

Na quarta-feira, 10, ele foi um dos oradores da conferência e discursou sobre alguns programas do Ministério da Educação, citando as dificuldades de retomada do ensino após a pandemia de Covid-19 no Brasil. E, na cara dura, Ribeiro pintou um quadro fantasioso, dizendo que o governo tem compromisso com o ensino.

“Permitam-me, assim, reafirmar com veemência o compromisso do governo brasileiro com a superação de todos

os desafios atuais e históricos da educação, ao lado da Unesco, cuja presença em meu país é tradicionalmente forte”, discursou. Parecia pintando um quadro de idealismo do governo, esquecendo de dizer que, com Bolsonaro no Palácio do Planalto, a educação vem sofrendo cortes no orçamento, ano após ano. Apenas em 2021, foram retirados 3,2 bilhões do orçamento do MEC.

A ausência do ministro durante a semana em Brasília ocorreu em meio à crise do Inep, com 35 funcionários pedindo exoneração coletiva. O pedido de exoneração coletiva fez com que um grupo de deputados apresentasse requerimento de convocação do ministro à Comissão de Educação da Câmara.

Em depoimento na Câmara, o presidente do Inep, Danilo Dupas Ribeiro, desconversou sobre a crise. Disse que “está tudo tranquilo” na instituição e que “eventuais descontentamentos de servidores” serão resolvidos com diálogo. As declarações do dirigente do Inep provocaram a indignação de parlamentares da bancada do PT na Câmara.

Ao se dirigir ao presidente do Inep, o deputado Rogério Correia (PT-MG) lembrou que servidores denunciaram a imprensa que devido ao assédio moral na instituição, “o medo é a tônica na instituição”. Segundo o petista, por mais que Danilo Dupas diga que está tudo bem, “não é possível que mais de 30 servidores tenham pedido demissão à toa”.

“O senhor (Danilo Dupas) me lembrou o comandante do Titanic, que bateu na geleira, estava afundando e o capitão pediu calma e disse que estava tudo sob controle”, ironizou. O deputado Leo de Brito (PT-AC) cobrou que as denúncias sejam investigadas. “Temos que ir até os órgãos de controle para investigar esse caso”, declarou. •



Reprodução

A REPÚBLICA EM RUÍNAS

A democracia tem sido corroída por um governo que age vorazmente como cupins numa casa de madeira. A PEC do Calote é um escárnio, como um cheque em branco no valor de R\$ 95 bilhões para o presidente usar em ano eleitoral

Elvino Bohn Gass

Este 15 de novembro, dia em que se comemora a Proclamação da República, suscita oportunas

reflexões sobre os rumos do país. O evento de 1889 foi, indubitavelmente, um golpe, unindo militares e republicanos civis contra a monarquia instalada desde 1822.

Os historiadores qualificam como golpe porque foi uma tran-



sição de regime forçada e sem a participação popular. Os pilares da República começaram a ser erguidos há 132 anos sob a égide golpista, mas com o passar dos anos, a sociedade brasileira fez sua opção inequívoca pela democracia.

Há 41 anos, o PT nasceu conhecendo a história e com a consciência de que ainda era preciso lutar para consolidar, de fato, os ideais republicanos. Essa luta continua em pleno século 21.

Hoje, décadas depois, a República segue corroída, com o Golpe desfechado em 2016 contra o governo popular e legítimo de Dilma Rousseff. O golpe teve sequência em 2018, com eleições fraudadas por uma gigantesca e milionária máquina de mentiras e fake news, afora a arbitrária prisão do ex-presidente Lula, para que ele não disputasse o pleito eleitoral.

Se em 1889 houve a união das oligarquias do café com leite e do coronelismo, para derrubar o Império, para a consolidação da arcaica República Velha que termi-

naria só em 1930, atualmente forças reacionárias se unem em torno de um projeto antinacional e antipopular liderado pelo ex-capitão Jair Bolsonaro, líder da extrema direita nacional. Em pleno século 21, ele e o ministro da Economia conspiram e atuam contra os interesses nacionais.

Hoje, com as manipulações de redes sociais, a compra de votos de parlamentares via orçamento secreto e outras traquinagens nada republicanas, trama-se contra o país a partir de argumentos falsos e fantasiosos sobre a volta do PT ao governo, com mentiras sem nenhuma sustentação na realidade.

O novo coronelismo é coordenado pelo presidente que está destruindo a República não só com os ataques diurnos contra as instituições e a democracia duramente conquistada a partir de 1985. Como ele mesmo disse, Bolsonaro veio para destruir, não construir. E o Brasil sofre com um governo que pratica a política de terra arrasada, num cenário onde só se dão bem milionários e bilionários, que aumentam suas fortunas enquanto a imensa população empobrece.

A expressão “República” nasceu na Roma antiga. A ideia da “coisa pública”, reunindo uma comunidade política organizada e participativa. Talvez, em 1889, houvesse o propósito de tornar possível a todos os cidadãos brasileiros participar da escolha de seus representantes políticos. Abriu-se caminho para a democracia em nosso país, embora com percalços e golpes ao longo do tempo.

Hoje, o atual governo é uma ameaça à democracia.

Várias ameaças de golpes e afrontas às instituições foram desferidas por Bolsonaro desde que assumiu o cargo. Com a conivência das oligarquias e dos especuladores do mercado financeiro, o presidente ataca os interesses

nacionais, com privatizações indecorosas e uma política para a Petrobrás que privilegia os abutres rentistas em prejuízo do povo brasileiro.

O que restou de floresta na Amazônia vem sendo destruído criminosamente, sem a contenção do governo federal. O cerrado e outras biomas desaparecem igualmente.

A PEC do Calote é um escárnio. É um verdadeiro cheque em branco ao ex-capitão no valor de R\$ 95 bilhões em ano eleitoral.

A República tem sido corroída por um governo que age vorazmente como cupins numa casa de madeira. Para a sorte do país, 75% dos brasileiros afirmam ser favoráveis à democracia, segundo o Datafolha.

Ainda há tempo de revertermos o processo. Diante da quase impossibilidade de impeachment do atual presidente, a despeito de uma extensa lista de crimes cometidos, o ano de 2022 desponta no horizonte e abre caminho para uma correção de rumo.

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva lidera as diferentes pesquisas sobre intenção de votos. É a esperança de que o Brasil possa retomar o rumo para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e com respeito ao meio ambiente, às diferenças e aos direitos trabalhistas e sociais.

Uma República se faz com projeto nacional e respeito às instituições, não com políticas contra a soberania nacional e desprezo ao povo. Sem pactos oligárquicos e com sanguessugas do mercado financeiro. Mas sim, com uma união nacional com o povo, movimentos populares e sindicais e o setor produtivo para que tenhamos um país desenvolvido e justo e respeitado no cenário internacional. •

Deputado federal pelo Rio Grande do Sul, é líder do PT na Câmara dos Deputados.

RELATÓRIO DA CPI ENTREGUE AO PARLASUL

A CPI da Pandemia, agora como Observatório da Pandemia, segue com intensa agenda de interlocução com outros órgãos e entidades para dar sequência às descobertas feitas durante as investigações. Na última semana, o senador Humberto Costa (PT-PE), integrante do Parlamento do Mercosul (Parlasul), ficou entregou o relatório final da CPI aos colegas do continente.

“A CPI denunciou que o governo brasileiro adotou uma estratégia intencional de disseminar rápida e intensamente a doença entre a população sob uma suposta imunidade coletiva, ou imunidade de rebanho, pela transmissão. E tudo mais que aconteceu é consequência dessa estratégia criminosa adotada por Bolsonaro”, discursou na sede do Parlasul, no Uruguai.

Humberto denunciou que o presidente brasileiro foi omissivo na adoção de medidas de testagem, na implantação de leitos hospitalares, sabotou as medidas de prevenção adotadas por estados e municípios, estimulando o uso de medicamentos ineficazes, enriquecendo laboratórios e figuras ligadas ao governo.

No retorno ao Brasil, Humberto e outros membros da CPI cumpriram agenda em São Paulo para entregar o relatório à CPI da Prevent Senior na Câmara Municipal. Além do documento, os parlamentares prometeram entregar um arquivo de 1 Terabyte com provas levantadas durante a investigação no Senado. •

BOLSONARO ABANDONA 22 MILHÕES DE FAMÍLIAS

Governo acabou com o Bolsa Família, mas novo programa social nasce com número de beneficiários e valores menores que os prometidos e abandona quem recebia auxílio emergencial. A manobra do Planalto é claramente eleitoreira

O Palácio do Planalto editou, na última segunda, 8, o decreto que regulamenta o programa Auxílio Brasil, instituído pelo governo Bolsonaro e que acabou com o Bolsa Família. Em seu lugar, nasce um programa eleitoreiro e oportunista, que exclui 22 milhões de famílias que recebiam o auxílio emergencial, além de jogar a população mais pobre na absoluta incerteza.

Segundo o próprio governo, o Auxílio Brasil deve beneficiar até 17 milhões de pessoas, muito abaixo do número de beneficiados hoje pelo Bolsa Família e o Auxílio Emergencial. Ex-ministra do Desenvolvimento Social, a economista Tereza Campello

alerta: “Vinte e dois milhões de famílias provavelmente vão ser excluídas de programas de transferência de renda. Esse é o dado que eles estão escondendo e de que ninguém fala. Esse é o principal dado da conjuntura”.

Ela classifica o Auxílio Brasil de oportunista e eleitoreiro. “Bolsonaro teve a audácia de dizer que o Auxílio Brasil é o Bolsa Família turbinado. Só que o pagamento no valor de R\$ 400 por família está garantido até o fim de 2022. Depois, os recursos não estão programados e uma bomba está armada para 2023”, denuncia a ex-ministra.

A economista aponta ainda que o Auxílio Brasil acabou com todos os pilares que fizeram do Bolsa Família o maior e melhor programa de transferência de

renda do mundo. Lamenta que não haverá a parceria com governadores e prefeitos, excluídos do processo de formulação do programa. “Isso é um erro porque são os prefeitos que sabem as peculiaridades de cada cidade. O Bolsa Família funcionou bem até hoje porque as prefeituras ajudavam na gestão, acompanhando as famílias e identificando as necessidades de adaptação para cada realidade”, explica.

Ela também considera um erro o desmonte do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e do Cadastro Único. “Foram essa estrutura e essa ferramenta que garantiram um acompanhamento permanente e humanizado das famílias que recebiam o Bolsa Família”, lamenta. “No CadÚnico, o assistente social, por exemplo, podia anotar que uma família não tinha luz e água em casa e encaminhá-la para os programas Luz Para Todos e Água para Todos (cisternas)”.

Segundo a economista, com o desmonte dessas estruturas, o cadastro vira só uma lista de beneficiários, gerida por meio de aplicativo, o que faz o Auxílio Brasil um mero programa de transferência de renda, que não presta atenção a todas as necessidades da família. “Sem essa rede mais ampla de atenção, o Bolsa Família não teria funcionado. É por isso que o Auxílio Brasil está fadado ao fracasso”, destaca. •



Reprodução

OPORTUNISMO Ex-ministra diz que governo só tem verba para 2022



SUPREMO DERRUBA ORÇAMENTO SECRETO

Corte barra a manobra do presidente da Câmara e do Planalto, que permitiram distribuição de bilhões em emendas sem qualquer tipo de transparência. Governo ignorou decisão liminar. PT alerta o STF

A suspensão integral e imediata da execução dos recursos do chamado orçamento secreto, confirmada pelo Supremo Tribunal Federal por 8 votos a favor e 2, em julgamento de liminar concedida pela ministra Rosa Weber, foi uma vitória da democracia e uma derrota dura para o governo Bolsonaro. A esculhambação, contudo, continua por parte do Palácio do Planalto.

Na véspera do primeiro turno da votação da PEC do Calote, há 15 dias, o governo seguiu abrindo os cofres para seus aliados, numa clara manobra para assegurar a maioria dos votos à aprovação da emenda, que permite ao governo abrir brecha

no Orçamento da União em ano eleitoral. O PT denunciou na sexta-feira a manobra ao STF.

O senador Humberto Costa (PT-PE) e Randolfe Rodrigues (Rede-AP) alertaram o STF sobre o desrespeito à decisão da corte e pedem punição do presidente Jair Bolsonaro e do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Os recursos do orçamento secreto têm origem em emendas parlamentares – as chamadas emendas de relator – cuja transparência é questionada em ações no Supremo e no Tribunal de Contas da União (TCU).

O governo liberou R\$ 1,2 bilhão em recursos do orçamento secreto para garantir a aprovação da PEC dos Precatórios em primeiro turno na Câmara. A al-

teração no texto constitucional abre espaço no teto de gastos mediante atraso no pagamento de dívidas da União reconhecidas na justiça para viabilizar a implementação do novo programa social substituto do Bolsa Família, o Auxílio Brasil.

Sabe-se agora que o governo seguiu liberando verba para as polêmicas emendas de relator mesmo depois da ordem da ministra Rosa Weber mandando suspender a execução desse tipo de despesa de forma imediata e integral.

Segundo a revista *Piauí*, dados do Tesouro Nacional mostram que o Ministério do Desenvolvimento Regional avançou no processo de liberação de gastos de R\$ 5,4 milhões no dia 8, destinando verbas para a compra de pás carregadeiras, motoniveladoras e escavadeiras para municípios de dez estados diferentes.

Conforme Humberto Costa, foram “realizados diversos eventos relacionados a empenho, liquidação e pagamento” após a decisão da ministra. Ele e Randolfe pediram à própria ministra a adoção das medidas pertinentes e apuração do suposto descumprimento da decisão, bem como a responsabilização de autoridades públicas, entre os quais Bolsonaro e Lira.

O senador Randolfe Rodrigues defende a instalação de uma CPI do Orçamento Secreto no Senado. Ele anunciou ter 14 das 27 assinaturas necessárias para a instalação da CPI. A ideia é acelerar a busca por apoio na próxima semana, quando a comitiva de senadores que foi à Cop26 voltar ao Brasil.

A comissão deve investigar o pagamento das emendas de relator. A modalidade tem sido utilizada por governistas para cooptar parlamentares da base aliada em votações importantes no Congresso. •

APROVADA A PEC DO CALOTE PELA CÂMARA

Apesar disso, a oposição impõe derrota ao governo e aliados, ao aprovar destaque que retira do texto a manipulação da chamada 'regra de ouro'. Proposta será examinada pelo Senado e PT anuncia resistência

O plenário da Câmara aprovou na noite de terça-feira, 9, em segundo turno, a PEC do Calote, que altera a forma de pagamento dos precatórios – as dívidas da União reconhecidas pela Justiça. Apesar disso, o PT e os partidos de oposição impuseram uma derrota importante ao Palácio do Planalto, ao aprovar destaque que retirou do texto a permissão para o governo contornar a chamada "regra de ouro", por meio da lei orçamentária.

Para derrotar o destaque apresentado pelo partido Novo, o governo precisava de 308 votos, mas apenas 303 parlamentares votaram pela manutenção do texto. A PEC segue para análise no Senado Federal. A bancada do PT anunciou que vai articular uma reação para impedir a aprovação do projeto. O próprio Jair Bolsonaro duvida que conseguirá aprovar a PEC no Senado.

Na prática, a PEC derruba o teto de gastos e permite ao governo manipular R\$ 96 bilhões no Orçamento de 2022 para promover gastos eleitorais, assegurando a Bolsonaro melhores condições para disputar a reeleição – cada vez mais distante diante dos resultados das pesquisas eleitorais. O PT é radicalmente contra a medida, porque avalia que o Congresso dá um cheque em branco ao Planalto e arma uma bomba relógio contra o próximo governo.

A regra de ouro estabelece que o governo só pode emitir dívida pública para rolar a própria dívida ou para cobrir despesas de capital, como investimentos em obras públicas e amortizações. Para cobrir gastos correntes, como os que a regra determina, o governo precisa pedir autorização do Congresso, por meio de crédito suplementar ou especial no Orçamento, que requer maioria absoluta para a aprovação.

O governo alega que a PEC é necessária para dar folga para o pagamento do Auxílio Brasil, que substituiu o Bolsa Família, mas é alvo de críticas por ampliar as desigualdades sociais no Brasil. "Essa PEC não é para ajudar. Mais de 22 milhões de pessoas não terão mais auxílio emergencial nem o Bolsa Família", alertou o líder do PT na Câmara, deputado Elvino Bohn Gass.

O texto-base aprovado engloba o parecer da comissão especial, segundo o qual o limite das despesas com precatórios valerá até o fim do regime de teto de gastos (2036). Para o próximo ano, esse limite será encontrado com a aplicação do IPCA acumulado ao valor pago em 2016 (R\$ 19,6 bilhões). A estimativa é que o teto seja de quase R\$ 40 bilhões em 2022. Pelas regras atuais, dados do governo indicam um pagamento com precatórios de R\$ 89 bilhões em 2022, frente aos R\$ 54,7 bilhões de 2021. •

PT QUER PROPOSTA ALTERNATIVA

Se depender da bancada do PT no Senado, a chamada PEC do Calote, que autoriza o governo a suspender o pagamento de dívidas judiciais, os chamados precatórios, não terá vida fácil no Senado. A ideia do partido é apoiar uma proposta de emenda à Constituição alternativa para, a um só tempo, evitar o calote e garantir o caráter permanente ao programa de renda básica familiar.

A proposta do governo – aprovada pela Câmara e agora em análise no Senado – dá o calote nas dívidas judiciais para conseguir pagar, apenas durante 2022, o programa Auxílio Brasil. Isso depois de o governo extinguir o Bolsa Família, após 18 anos de sucesso na transferência de renda para reduzir a desigualdade histórica do país.

O PT pretende não apenas votar contra a PEC do Calote como defende a PEC da Renda Básica, do senador Rogério Carvalho (PT-SE). O projeto complementa a PEC 29/2020, aprovada pelo Senado, que insere na Constituição a previsão de renda básica a famílias em situação de vulnerabilidade.

A PEC alternativa prevê a destinação de R\$ 50 bilhões, em 2022 e 2023, fora do teto de gastos, da meta de superávit primário e da regra de ouro, para garantir o direito constitucional à renda. A emenda prevê ainda que os pagamentos dos precatórios relativos ao Fundo de Desenvolvimento da Educação Fundamental (Fundef) não sejam contabilizados no teto de gastos, abrindo espaço fiscal de R\$ 16 bilhões. •



Ricardo Stuckert

COMO O PT SALVOU O BRASIL: A DÍVIDA PÚBLICA BRUTA

Ao contrário do que pregam liberais e a grande mídia nacional, a dívida bruta brasileira não ficou insustentável nos governos do PT. A média anual entre 2003 e 2015 foi de 58,3% do PIB. A variação foi determinada pelos aportes do Tesouro para o BNDES financiar investimentos. Depois do golpe, chegou a 89,2% do PIB já no ano passado

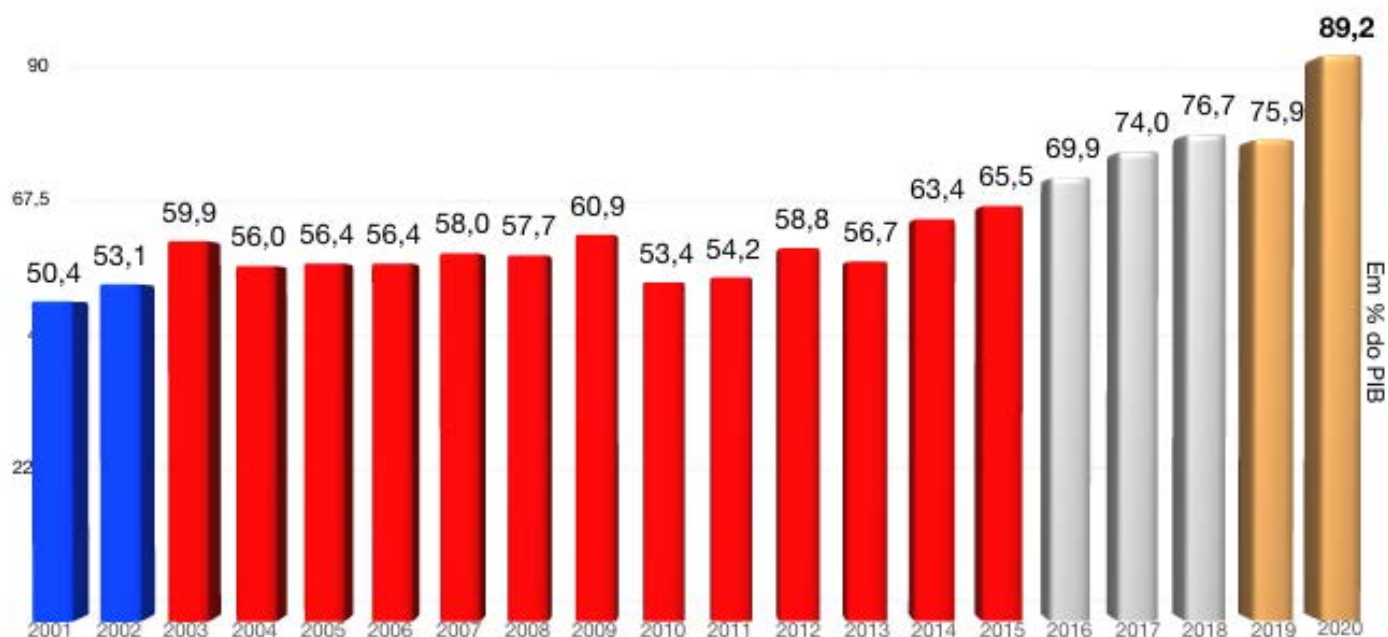


Eduardo Fagnani *, Gerson Gomes **
e Guilherme Mello ***

Este é o sexto de uma série de artigos organizada para oferecer fatos e números que desconstruem as mentiras circulantes segundo as quais a política econômica do PT teria “quebrado o Brasil”. Essa narrativa, fundada na falsificação

Evolução da dívida pública bruta do governo federal

Percentual do PIB. Intervalo de tempo: 2001-2020



Fonte: Banco Central do Brasil.

GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. Vinte e Cinco Anos de Economia Brasileira. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século 21, maio de 2021

de supostos 'fatos econômicos' – que, à custa de ser repetida, implantou-se como se fosse verdadeira e correta – inventa e celebra supostos desmandos da condução da política econômica do PT.

Nesse artigo, analisamos e reparamos a verdade sobre o comportamento da dívida pública bruta do governo federal. O comportamento desse indicador, e sua análise comparativa no plano internacional, também não 'revela' que a economia estivesse vivendo "crise terminal" ao cabo dos governos petistas.

O enredo fantasioso traz de volta o receituário liberal como solução para os problemas brasileiros e foi parte de movimento mais amplo dedicado a criminalizar o Partido dos Trabalhadores, tentar justificar o Golpe de 2016, que levou à derrubada de Dilma Rousseff da Presidência da República, numa manobra parlamentar travestida de impeachment, e para impedir o ex-presidente Lula de participar das eleições presidenciais de 2018.

Nos artigos anteriores, demonstramos que nos governos petistas a dívida externa bruta caiu significativamente. As reservas cambiais aumentaram mais de 20 vezes, a dívida externa líquida – dívida bruta menos reservas – passou a ser negativa a partir de 2007, quando o Brasil passou a ser credor em moedas internacionais, fato inédito na história econômica. Além disso, a dívida pública interna líquida reduziu-se de forma substancial como proporção do PIB. E ainda foram gerados expressivos superávits primários entre 2003 e 2013 – em média 3,1% do PIB ao ano, quase o dobro da média anual verificada nos governos de FHC.

Como é possível perceber visualmente, o gráfico deste artigo mostra que a dívida bruta não se apresentava com "trajetória insustentável". A média anual entre 2003 e 2015 foi de 58,3% do PIB. A sua variação ao longo desse período foi determinada, em grande medida, pelos aportes do tesouro para

que o BNDES financiasse os investimentos e induzisse o crescimento, conjugado ao contínuo acúmulo de reservas.

Esses fatores, decisivos para garantir condições de financiamento e segurança para o investimento privado, contribuíram para que a relação dívida pública bruta e PIB subisse ligeiramente nos anos finais da gestão petista. Entretanto, fatores determinantes em 2015 foram a recessão e a forte queda do PIB, que aumentou a relação dívida e PIB. Além disso, esse aumento também refletiu a crise política, intensificada a partir de 2013, quando a oposição passou a apostar no golpe, na instabilidade institucional e na imposição de limites legislativos para a condução da política econômica.

Pois mesmo assim, na comparação internacional e durante os governos petistas, o Brasil viveu uma situação confortável. A tabela abaixo mostra que, na média de 15 países europeus selecionados, a dívida pública bruta variou entre 80,2% do PIB e 90,9% do PIB

entre 2009 e 2015 – patamar muito superior ao verificado no Brasil durante os governos petistas.

Em função da crise financeira internacional de 2007-2008, a crescente dívida pública do Japão atingiu 242,1% do PIB em 2014. Também são emblemáticos os casos dos EUA, Irlanda, Grécia, Portugal e Itália.

Portanto, também no caso desse indicador, não se sustenta a afirmação de que a crise econômica verificada em meados da década passada teria sido, “fundamentalmente, uma crise de irresponsabilidade fiscal”. Além disso, os governos petistas modificaram significativamente o peso dos indicadores da dívida – a Selic e a taxa de câmbio – que constituíam fatores de instabilidade e vulnerabilidade fiscal durante o período 1995/2002 e proporcionavam um verdadeiro festival de lucros exorbitantes ao rentismo financeiro interno e internacional.

Como será sublinhado nos próximos artigos, com o aumento das reservas e a redução das taxas de juros foi possível praticamente zerar o peso dos títulos indexados ao câmbio no total, que atingira um máximo de 29,5% em 2001, e reduzir a proporção de títulos indexados à Selic, de 61,8%

(2002) para 17,2% (2014), fortalecendo a posição do governo central frente às pressões especulativas do mercado.

Em suma, o debate econômico proposto pela corrente liberal jamais contribuiu para estabelecer a verdade histórica e repor na discussão fatos demonstráveis: só teve a ver, sempre, com a disputa de poder.

Fato grave é que a visão liberal

MESMO NA COMPARAÇÃO INTERNACIONAL COM OUTROS PAÍSES, DURANTE OS GOVERNOS PETISTAS, O BRASIL VIVEU SITUAÇÃO CONFORTÁVEL

disseminada à custa de incansável repetição pela grande mídia passou a ser dominante na opinião pública. Os dados demonstram que também no caso da dívida bruta o discurso dominante serviu aos interesses dos protagonistas da farsa do impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

E o que aconteceu nos governos Temer e Bolsonaro?

Eles radicalizaram a agenda neoliberal e mergulharam o país na mais grave crise da história. Note-se que, entre 2015 e 2019, a dívida pública bruta cresceu 10,4 pontos percentuais do PIB – de 65,5% do PIB para 75,9% do PIB, como mostra o gráfico.

Nos próximos artigos demonstraremos, com mais fatos e dados, que o governo do Partido dos Trabalhadores salvou o país, mantendo o déficit nominal em patamares bem inferiores aos observados na experiência internacional. •

* Doutor em Economia pela Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e do Trabalho (CESIT-UNICAMP). ** Membro do Conselho do Centro de Altos Estudos do Brasil para o Século 21. Foi funcionário de carreira da FAO e da CEPAL e assessor econômico no Senado Federal e na Câmara dos Deputados. *** Professor do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica (CECON-UNICAMP)

Dívida pública em países no pós-crise Em percentual do PIB

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Alemanha	72,6	81,0	78,7	79,9	77,5	74,7	70,9	68,1	65,0	61,6	59,5	73,3
Espanha	52,7	60,1	69,5	85,7	95,5	100,4	99,8	99,4	98,6	97,6	95,5	123,0
Estados Unidos	87,0	95,7	100,0	103,4	105,4	105,1	105,2	107,1	105,7	106,9	108,7	131,2
França	78,9	81,6	85,2	89,5	92,3	94,9	95,6	96,3	98,3	98,1	98,1	118,7
Grécia	126,7	146,3	172,1	159,6	177,9	180,9	179,4	181,6	179,3	184,8	180,9	205,2
Irlanda	61,5	86,1	110,4	119,7	119,6	104,7	77,1	72,9	67,4	62,9	57,3	63,7
Itália	112,5	115,4	116,5	123,4	129,0	131,8	132,1	132,6	134,1	134,8	134,8	161,8
Japão	208,6	215,9	230,6	236,6	240,5	242,1	238,1	239,3	234,5	236,6	238,0	266,2
Portugal	83,6	96,2	111,4	126,2	129,0	130,6	129,0	130,4	126,1	122,0	117,7	137,2
Reino Unido	64,5	76,0	81,6	85,1	86,2	88,1	89,0	89,3	86,2	85,7	85,4	108,0
Euro (15 Países)	80,2	85,8	87,7	90,7	92,6	92,8	90,9	90,0	87,6	85,7	84,0	101,1

Fonte: FMI.
GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. Vinte e Cinco Anos de Economia Brasileira.
Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

E A INFLAÇÃO ASSUSTA MAIS: A MAIOR ALTA EM 19 ANOS



Combustíveis dolarizados pela Petrobrás são a maior causa da carestia. O governo massacra os mais pobres. Energia, gás de cozinha e alimentos são os itens que mais pesam para famílias

Oficialmente, o IPCA já acumula alta em 2021 de 8,24%. Mas, nos últimos 12 meses, a inflação chega a 10,67%. É o maior patamar desde janeiro de 2016 (10,71%). Em outubro de 2020, a variação mensal foi de 0,86%. É a maior alta desde 2002.

A inflação foi mais elevada em outubro do que em setembro. O índice de difusão passou de 65% para 67%. O indicador reflete o espalhamento da alta de preços entre os 377 produtos e serviços pesquisados pelo IBGE. Todas as áreas e todos os nove grupos de produtos e serviços pesquisados tiveram alta.

O maior impacto (0,55 p.p.) e a maior variação (2,62%) vieram de transportes, que aceleraram em relação a setembro (1,82%).

A segunda maior contribuição (0,24 p.p.) veio de alimentação e bebidas (1,17%), e a segunda maior variação veio de vestuário (1,80%).

Mais uma vez, a alta nos transportes (2,62%) decorre principalmente dos preços dos combustíveis (3,21%). A gasolina subiu 3,10% e teve o maior impacto individual no mês (0,19 p.p.). Foi a sexta elevação consecutiva nos preços desse combustível, que acumula altas de 38,29% no ano e de 42,72% nos últimos 12 meses.

O resultado frustrou a expectativa do relatório de inflação do Banco Central, que indicava o pico do IPCA em setembro e desaceleração no acumulado de 12 meses em outubro. O BC estimou a inflação em 8,5% no fim de 2021, enquanto o mercado financeiro, espera por 9,33%.

“A alta da gasolina está relacionada aos reajustes sucessivos que têm sido aplicados no preço do combustível, nas refinarias, pela Petrobrás”, explica o gerente do IPCA, Pedro Kislakov. “Além

da gasolina, houve aumento também nos preços do óleo diesel (5,77%), do etanol (3,54%) e do gás veicular (0,84%)”, acrescentou.

A alta da inflação é fruto da política econômica de Paulo Guedes, e consegue ser ainda mais cruel com a população mais pobre. Uma nova forma de medir a inflação, realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), mostra que a escalada de preços produzida pelo governo é maior para a população que ganha entre um e três salários mínimos, o que empurra essas famílias para a miséria e a fome, alerta a entidade.

Feitos os cálculos, a Fipe concluiu que a inflação acumulada dos últimos 12 meses ficou em 9,67% para os brasileiros que ganham acima de oito salários mínimos, mas foi de 10,63% para os mais pobres, que ganham entre um e três salários. É uma diferença de quase um ponto percentual. Já para a faixa que ganha entre três e oito pisos nacionais, o índice foi de 10,38%. •



Reprodução

GASOLINA SOBE DE NOVO E CHEGA A R\$ 8

Bolsonaro mantém política de dolarização que faz o preço aumentar pela quinta semana consecutiva. Tarifa do gás de cozinha também segue alta. PT quer novas regras para cálculo de combustíveis

Não é oficial porque a gestão do general Joaquim Silva e Luna na Petrobrás segue o negacionismo de Bolsonaro, mas na prática o Brasil voltou aos infames tempos de aumentos semanais dos combustíveis. Levantamento da Agência Nacional do Petróleo (ANP) divulgado na segunda-feira, 8 revela que a gasolina subiu pela quinta semana consecutiva. O diesel e gás liquefeito de petróleo (GLP) seguiram o mesmo caminho.

Com o novo reajuste, o preço médio da gasolina subiu 2,25% na semana passada, passando de R\$ 6,562 para R\$ 6,710, mas no Rio Grande do Sul o litro já é vendido a R\$ 7,99. Os dados da ANP mostram ainda que o diesel subiu 2,45%. O preço médio

do litro passou de R\$ 5,211 para R\$ 5,339. Desde o início do ano, o combustível acumula alta de 48,05%.

O gás de botijão teve aumento de 0,49% e passou de R\$ 102,04 para R\$ 102,48, enquanto o valor médio do litro do etanol subiu 4,5%, para R\$ 5,294. O preço máximo foi de R\$ 7,899 o litro em Bagé, também no Rio Grande do Sul.

Com o preço da gasolina, do gás natural (GNV) e do etanol em alta, a inflação para o motorista no Brasil disparou e já chega a 18,46% no acumulado em 12 meses até outubro, segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da Fundação Getúlio Vargas (FGV). É a maior inflação para esse grupo desde 2000, quando Fernando Henri-

que Cardoso desmontava a estatal na tentativa de privatizá-la.

Adotada em outubro de 2016 pelo ministro do "apagão" de FHC, Pedro Parente, nomeado por Michel Temer para o comando da Petrobrás, a política de Preço de Paridade Internacional (PPI) é a responsável pela escalada incontrolável. Mantido por Jair Bolsonaro, o PPI considera a cotação do petróleo no mercado internacional, em dólar, além de colocar na moeda dos EUA os custos de exploração, produção e refino, embora o grosso da produção de óleo, gás e derivados da Petrobrás ocorra com matéria-prima nacional. Até 5 de novembro, o dólar acumulava alta de 6,40% sobre o real este ano.

Na última semana, o monitor de preços do Observatório Social da Petrobras (OSP) registrou os maiores patamares dos últimos 20 anos para os preços de combustíveis no país. "Desde março, o GLP vem mês a mês atingindo o maior valor do século. No caso do diesel, esse recorde vem sendo quebrado mês a mês desde maio. Na gasolina, o maior patamar de preço chegou em outubro", explica o economista Eric Gil Dantas, da OSP.

Um projeto de lei do senador Rogério Carvalho (PT-SE) em tramitação no Congresso, tenta impor diretrizes para a conformação de preços dos combustíveis, incluindo gás de cozinha e GLP, para evitar aumentos constantes. O projeto não adota qualquer medida relacionada ao tabelamento ou controle de preços.

A nova regra combinaria custos internos de produção, cotação internacional e custos de importação, dando transparência à formação do preço - o custo real, o que é em dólar e o que não é. O projeto prevê ainda um imposto sobre a exportação de petróleo bruto, com alíquotas progressivas. • Agência PT

CESTA BÁSICA PASSA DE R\$ 700

Reajustes dos produtos são puxados por altas na batata, tomate, café, óleo de soja e açúcar. Segundo Dieese, com deterioração do poder de compra, salário mínimo deveria ser R\$ 5.886,50 para família de quatro pessoas

Sem poder de compra, a população mais vulnerável é a mais atingida pela crise causada pela política econômica imposta pelo ministro Paulo Guedes e aceita submissamente pelo presidente Jair Bolsonaro. Com a inflação fora de controle e a economia paralisada, a população mais vulnerável é a mais atingida pela erosão de seu poder de compra.

Dados do Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) apontam que o valor da cesta básica ultrapassou R\$ 700. Os reajustes foram detectados em 16 cidades, de acordo com o órgão ligado aos sindicais. Em um ano, o item essencial já acumula alta de mais de 30% no país.

“A cesta mais cara foi a de Florianópolis (R\$ 700,69), seguida pelas de São Paulo (R\$ 693,79), Porto Alegre (R\$ 691,08) e Rio de Janeiro (R\$ 673,85)”, aponta nota do Dieese. “Entre as capitais do Norte e Nordeste, onde a composição da cesta tem diferenças em relação às demais cidades, Aracaju (R\$ 464,17), Recife (R\$ 485,26) e Salvador (R\$ 487,59) registraram os menores custos”.

O Dieese comparou ainda o salário mínimo líquido, contabilizado após o desconto da Previdência Social, de cerca de 7,5%, com o preço do item essencial. E conclui que, em outubro, o trabalhador comprometeu, em média, 58,35% do salário líquido para comprar alimentos básicos para uma pessoa adulta. Em setembro, o percentual foi de 56,53%.

Os reajustes foram puxados pelas altas da batata, do tomate, do pó de café, do óleo de soja e do açúcar. O quilo do tomate, por exemplo, chegou a ter alta de 55,54% em Vitória (ES).

Pelos cálculos do Dieese, levando-se em conta o valor mais alto cobrado por uma cesta básica no país, o salário mínimo deveria ser de R\$ 5.886,50 para que uma família viva com dignidade. O valor equivale a 5,35 vezes o atual piso, de R\$ 1.100. O cálculo é feito considerando uma família de quatro pessoas, com dois adultos e duas crianças.

Quando Lula assumiu a Presidência, em janeiro de 2003, o salário mínimo era R\$ 200. Treze anos depois, o mínimo chegava a R\$ 880, indicando um aumento de 97,2% sobre o valor atualizado de 2003. Em média, o salário mínimo teve 77% de aumento real.

Lula transformou a valorização do salário mínimo em lei, fruto de construção com os movimentos sindicais. A lei garantia o reajuste real do salário mínimo por meio de sua correção a partir da variação do PIB do ano anterior somada ao repasse da inflação do período. • Agência PT

LUCRO DOS BANCOS CHEGA A R\$ 51,7 BI

Os bancos navegam em mar de brigadeiro no Brasil de Jair Bolsonaro, contornando o tsunami formado por alto desemprego, informalidade crescente, inflação descontrolada, queda da produção industrial e fome. No terceiro trimestre deste ano, o lucro líquido de Itaú, Bradesco e Santander, os três maiores bancos privados do país totalizou R\$ 17,886 bilhões. Uma alta anual de 28,5%.

Os balanços dos principais bancos privados do país foram divulgados nos últimos dias. O lucro somado das três instituições somou R\$ 51,79 bilhões no acumulado de janeiro a setembro – um crescimento de 46,1% em relação ao mesmo período de 2020.

O Itaú puxou a alta, com resultado de R\$ 6,78 bilhões. Subiu 34,8% em relação ao mesmo período de 2020, impulsionado por empréstimos para pessoas físicas e menores provisões.

O Bradesco registrou lucro líquido de R\$ 6,767 bilhões no terceiro trimestre. O resultado representa aumento de 34,5%. O espanhol Santander divulgou lucro de R\$ 4,27 bilhões no trimestre, alta de 12% em relação ao mesmo período de 2020. Em comparação com o segundo trimestre, cresceu 4,1%.

O Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região (SPBancários) estima que entre setembro de 2020 e setembro deste ano os bancos eliminaram 6.763 postos de trabalho. Das 44.003 demissões registradas, 45,7% foram sem justa causa. • Agência PT

Reprodução

15 de novembro de 1889

PAÍS ASSISTE À PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

“O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditaram seriamente estar vendo uma parada”, escreveu o jornalista Aristides Lobo sobre os eventos ocorridos em 15 de novembro de 1889, no Rio de Janeiro. Lobo foi um dos fundadores do jornal “A República”, difusor de ideias republicanas durante o regime monárquico no Brasil.

Liderada por Deodoro da Fonseca, a Proclamação da República encerrou a monarquia brasileira, destituindo o então imperador Dom Pedro II. Os anseios democráticos de alguns republicanos à época, porém, não se confirmaram.

O movimento encabeçado pelo Exército – e apoiado pelas elites intelectuais, igrejas e latifundiários – deixou à margem a maioria esmagadora da população. Enquanto o Estado republicano se organizava para atender aos interesses das elites econômicas, o povo permaneceria em situação de miséria e exploração.

Outras datas históricas

14/11/1941: Domenico Losurdo, intelectual marxista, nasce na Itália

16/11/1913: Nasce David Capistrano da Costa (1913-1974), militar e militante do PCB, torturado e assassinado pela Ditadura Militar.

17/11/1983: Fundação do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN).

Reprodução



9 de novembro de 1988

A PRIMEIRA EXPERIÊNCIA ELEITORAL DO PT

A vitória eleitoral do PT e outras siglas da oposição, em 15 de novembro, reforça os sinais de enfraquecimento da ditadura no Brasil. Foi a primeira experiência eleitoral do Partido dos Trabalhadores (PT), fundado em 1980, dois anos antes, em oposição ao regime militar.

Nas eleições de novembro de 1982, os partidos de oposição alcançaram maioria na Câmara dos Deputados e conquistaram o governo dos dez maiores estados brasileiros, superando as regras

eleitorais restritivas.

O PT lançou ao governo de São Paulo Luiz Inácio Lula da Silva, que obteve 1,144 milhão votos, ficando em quarto lugar. O partido elegeu seis deputados em São Paulo, um em Minas Gerais e um no Rio de Janeiro.

O partido que apoiava o regime militar, o PDS, manteve o controle do Colégio Eleitoral, mas o projeto de sobrevivência da ditadura foi definitivamente comprometido pelo resultado das urnas.



15 de novembro de 1988

VITÓRIAS ELEITORAIS PETISTAS NAS CAPITALS

Na primeira eleição posterior à redemocratização, em que todos os municípios elegeram conjuntamente seus prefeitos, os partidos governistas mantiveram o maior número de prefeituras, mas perderam força nos grandes centros urbanos para a oposição. O PT conquistou vitórias eleitorais importantes em três capitais: Luiza Erundina, em São Paulo (SP); Olívio Dutra, em Porto Alegre (RS); e Vitor Buaiz, em Vitória (ES).

O ano de 1988 vinha sendo marcado por numerosas greves, em decorrência da grande insatisfação popular com a inflação, a perda de poder aquisitivo e o arrocho salarial. O reflexo eleitoral desse quadro social foi o enfraquecimento dos partidos hegemônicos na transição em favor das legendas progressistas de oposição.

18 de novembro de 2019

DILMA INSTALA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

“O Brasil merece a verdade, as novas gerações merecem a verdade e, sobretudo, merecem a verdade factual aqueles que perderam amigos e parentes e que continuam sofrendo como se eles morressem de novo e sempre a cada dia”.

Pronunciada pela presidenta Dilma Rousseff na cerimônia de posse dos integrantes da Comissão Nacional da Verdade (CNV), a frase sintetiza a motivação que levou à criação de um órgão para investigar e revelar violações de direitos humanos praticadas entre 1946 e 1988 no Brasil.

Em 2010, Lula enviou ao Congresso o projeto de lei de criação da comissão, aprovado e sancionado em novembro do

ano seguinte pela presidenta Dilma – ela própria vítima de tortura durante a ditadura militar. Ao longo de quase três anos, os membros da CNV colheram depoimentos, realizaram audiências e sessões públicas e visitaram unidades militares utilizadas pelas Forças Armadas para práticas violadoras de direitos humanos.

Os fatos apurados, reunidos no relatório final da comissão, confirmaram 434 mortes e desaparecimentos de vítimas do regime. A CNV apontou, ainda, 377 agentes da repressão como responsáveis direta ou indiretamente pela prática de tortura e assassinatos durante a ditadura militar.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Os textos remetem a um calendário de eventos e personalidades da esquerda que é colaborativo e está em constante atualização.

Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br

Visite o memorialdademocracia.com.br



*“Faz assim
Primeiro lugar, você some
Segundo lugar, vira homem
Você é o terceiro que me perdeu”*

Marília Mendonça
“Vira Homem”

MARÍLIA MENDONÇA E O LUGAR DA MULHER

A cantora e compositora, fenômeno da música sertaneja que morreu em um acidente de avião aos 26 anos, cantou as dores do empoderamento feminino recente

Bia Abramo

Li a seguinte inscrição numa porta de banheiro de um posto voltando de Campinas para São Paulo pela Rodovia Anhanguera: “Todo mundo é biscate ou cornô”. A graça da generalização sobre a vida amorosa de 99,9% de pessoas acima dos 18

anos de qualquer gênero me fez soltar uma risada alta. Isso foi alguns anos atrás, no auge do sertanejo universitário, quando fazia semanalmente o percurso para dar aulas no curso de Jornalismo em uma faculdade privada da cidade do Noroeste do estado.

Vários de meus alunos eram capazes, ao mesmo tempo, de se encantar com “O Orfeu Negro”

(filme dirigido de Marcel Camus, com roteiro adaptado da peça teatral “Orfeu da Conceição”, de Vinícius de Moraes, em 1959) na aula na quarta-feira e irem nas populares festas de peão ouvir duplas sertanejas semi-desconhecidas – para a grande maioria dos moradores das grandes cidades – no final de semana.

A facilidade com a qual aquela

geração 30 anos mais nova que eu, alfabetizada na internet e com acesso a serviços de streaming de música e vídeo, passeava entre registros culturais aparentemente tão distintos me deixava um pouco desnordeada.

Isso fazia parte de um enorme elitismo e ignorância de minha parte, é evidente. Não compreendia as raízes rurais de muitos daqueles alunos, nem o fascínio que aqueles adolescentes e jovens adultos tinham pela sociabilidade dos rodeios e festas afins. Com um pouco de paciência e alguma curiosidade, passei uma vez um final de semana ouvindo vários shows e clipes.

Além de tudo o que se pode intuir de território livre para a diversão, pegação e bebida, as letras daquelas duplas descreviam, como muitos gêneros musicais de origem popular que se prezem, os rituais das relações amorosas: a corte, o enamoramento, o ciúme, a traição, o desengano e o fim do amor.

A minha incursão neste mundo foi breve e, embora eu não tenha exatamente gostado de tudo o que vi e ouvi, pelo menos me fez mais tolerante. Afinal, dores e alegrias do amor podem ser cantadas e escritas de muitas e muitas formas.

A sofrência, vertente temática de gêneros como arrocha, sertanejo e do brega, que trata apenas das dores do amor – da parte corno da inscrição citada acima – veio meia década mais tarde. E naquele momento, provavelmente Marília Mendonça era ainda uma menina em idade escolar. Mas ela já compunha e cantava na igreja.

Mendonça passou a se apresentar em bares ainda adolescente, com composições próprias e voz grave. Num gênero cujos cantores homens se apresentam, em geral em duplas, e se esforçam para atingir agudos que conferem a melancolia dos espaços abertos

do campo e a solidão do homem ligado à terra, uma menina com voz grave e que, além de tudo, compunha, não apenas chamava a atenção como era de fato era uma coisa nova.

Não que não houvessem mulheres antes de Marília Mendonça no sertanejo. Mas certamente eram poucas as vozes que vinham com uma autonomia e uma assertividade sobre o lugar e o papel da mulher que, aí sim, eram tão inauditas que cunharam um neologismo: o “feminejo”.

Como todos os nomes que pegam, alguma havia nessa geração que inclui ainda a dupla Maiara & Maraísa, Simone & Simaria e Naiara Azevedo (aquela do “Toma aqui 50 reais”). Elas passaram a falar para um público amplo, sobretudo feminino, que o lugar de subordinação e submissão já não fazia parte da experiência dessas adolescentes e mulheres.

Letras como a de “Supera”, que emula uma conversa entre amigas – *“Pra você isso é amor/ Mas pra ele isso não passa de um plano B/ Se não pegar ninguém da lista, liga pra você/ Te usa e joga fora/ Se ele não te quer supera/ De mulher para mulher supera”* – ou “Todo Mundo Vai Sofrer”, com um dos refrãos mais sintéticos talvez da música popular brasileira – *“Quem eu quero, não me quer/quem me quer, não vou querer/ Ninguém vai sofrer sozinho/ Todo mundo vai sofrer”* –, os versos surpreendem pela capacidade de comunicação imediata e, importante, pelo grau de empoderamento que sugestiona. E não sem humor.

A chave do feminejo, dominado por estas mulheres nascidas nos anos 1990, é muito semelhante a catarse de cantar aos berros em shows do Legião Urbana que, sim, era possível gostar de meninos e meninas, e que tanta emoção teve para os que eram adolescentes (ou ainda muito jovens) nos anos 1980, como eu.

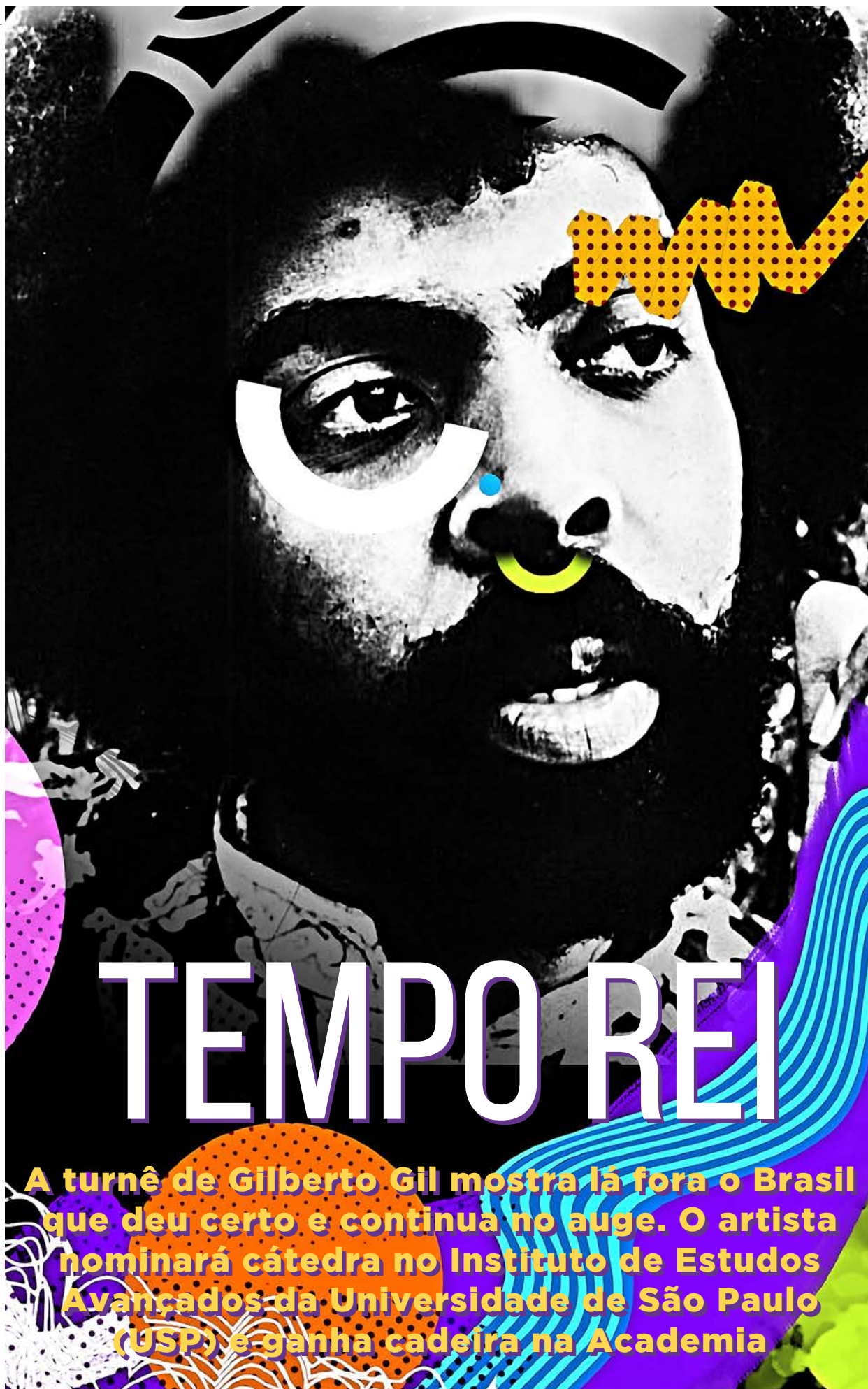
Do lançamento oficial da carreira aos 18 anos à morte em acidente de avião no último dia 5, decorreu menos de uma década. Nesse meio tempo, Marília Mendonça lançou quatro discos solo – “Marília Mendonça: Ao Vivo (2016)”, “Realidade (2017)”, “Todos os Cantos (2019)”, “Nosso Amor Envelheceu (2021)” e três álbuns colaborativos com Maiara & Maraísa: “Agora é que são elas” (2018), “Patroas” (2020) e “Patroas 35%” (2021)”.

O álbum “Todos os cantos”, registro de um projeto que começou com shows gratuitos e de surpresa em várias capitais do Brasil, garantiu a ela o Grammy Latino em 2019. Inquieta, Marília também procurou parcerias além do quadrado do sertanejo. Com Anitta, gravou “Some que ele vem atrás”. E, com Gal Costa, “Cuidando de longe”.

Hábil tanto na produção dos clipes como nas redes sociais, Marília Mendonça acumulou recordes. Em 2017, foi a mulher mais ouvida pelos brasileiros nas plataformas de streaming Spotify, Deezer e YouTube, alcançando nesta última o 13º lugar. No primeiro ano da pandemia, fez a maior live do Youtube no mundo, que atingiu 3,3 milhões de visualizações simultâneas.

A desenvoltura da artista com seu público se mostra nos primeiros segundos da transmissão. Tocando um berrante, uma moça linda e sorridente começa o show dizendo: “Quero convocar todos os gados do Brasil – e do mundo! – que hoje todo mundo vai sofrer!!!”.

A morte trágica, injusta, de acidente de avião em Piedade de Caratinga, Norte de Minas Gerais, deu um desfecho abrupto para uma artista que ninguém sabe para onde iria. Arrisco a dizer que, no mínimo, Marília poderia alçar o sertanejo a um novo lugar, não do mercado, mas na cultura brasileira. •



TEMPO REI

A turnê de Gilberto Gil mostra lá fora o Brasil que deu certo e continua no auge. O artista nominará cátedra no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP) e ganha cadeira na Academia

Alberto Cantalice

Artista de múltiplos talentos, o baiano Gilberto Passos Gil Moreira acaba de realizar uma exitosa turnê de 18 espetáculos pela Europa. Com ingressos esgotados em todos os espaços por onde passou – de Dijon, Nantes, Nancy, Turcoing e Paris, na França; passando por Luxemburgo, Alemanha, Hungria, Espanha, Suécia; Viena, Áustria e Portugal, ele marca o passa e transcende línguas e povos para mostrar o Brasil que o mundo aprendeu a amar. Aos 79 anos, Gil curva o espaço-tempo e é reverenciado na Europa.

De volta ao Brasil, o músico participou como palestrante em 10 de novembro do seminário Cultura, Sustentabilidade e Democracia, promovido pela Fundação Perseu Abramo em parceria com o Instituto Cultura e Democracia e pela fundação alemã Friedrich Ebert Brasil, sob a curadoria do ex-ministro Juca Ferreira.

Gil diz que chegou a hora de o Brasil superar o seu histórico de modernização conservadora e seguir um novo rumo, o da modernização progressista. E parafraseando o também poeta e cantor Jorge Mautner disse: “Não há abismo em que o Brasil caiba”. Ele assumirá uma cátedra no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP) e, na última semana, foi eleito para ocupar a cadeira 20 da Academia Brasileira de Letras. É a coroação de uma carreira que orgulha a si e o país.

A turnê pela Europa foi reingresso aos palcos, dos quais esteve afastado nos últimos anos por conta da pandemia. Acompanhado da cantora e compositora Adriana Calcanhoto e dos músicos Bem Gil, seu filho, e dos netos João Gil e Flor Gil, além

do baterista Marcelo Costa Real, o músico baiano brilha intensamente como uma estrela de primeira grandeza do Brasil.

Autor de incontáveis sucessos, Gil encantou as plateias europeias nesse período sombrio em que vivemos. Músicas como “Madalena” – “*Entra em beco, sai em beco/Há um refúgio Madalena*” –, “Palco”, “Toda Menina baiana” e “Tempo Rei” encantaram as platéias do Velho Mundo.

Gil arrancou aplausos e sorrisos ao tocar clássicos, como

**GIL: “EU NUNCA
ESPEREI
NADA DELES
[BOLSONARISTAS].
JÁ SABIA QUE
ERAM LOUCOS.
NÃO SENTEM UM
INTERESSE
PELA NAÇÃO”**

“Aquele Abraço” – que afasta os tempos sombrios que se abateram sobre o Brasil no passado, assim como no presente: “*O Rio de Janeiro continua lindo/ o Rio de Janeiro continua sendo/ o Rio de Janeiro fevereiro e março/ Alô, alô, Realengo, aquele abraço...*”

O artista continua profundamente identificado com o pensamento progressista – no Brasil e no mundo. Ele brinca que todas as apresentações na Europa foram encerradas com o já famoso coro de “Fora, Bolsonaro”, grita-

do a plenos pulmões por brasileiros e estrangeiros na plateia.

Ao portal de notícias francês *Francesinfo Culture*, Gil tratou da pandemia da Covid e deu sua opinião sobre a forma desastrosa como o presidente tratou as medidas sanitárias: “Eu estava acompanhando de perto a evolução da situação, do lado da ciência, da medicina, da pesquisa...Tive toda a paciência, esperei, esperei, esperei. Depois, foi algo da ordem de se acostumar com a situação, com as dificuldades do dia a dia”.

Perguntado se sentia raiva do presidente, do governo e da forma como Jair Bolsonaro lidou com a crise sanitária, ele respondeu: “Raiva pessoal, eu não sentia. Porque eu nunca esperei nada deles. Eu já sabia que eles eram loucos. Não sentem um interesse profundo pela Nação, pela sociedade”.

Gil disse ainda que torce pela derrota de Bolsonaro nas eleições de 2022. “Espero que ele perca. Ele perdeu muito de seu apoio eleitoral, daqueles que o apoiavam. Eles perderam a esperança que depositaram nele e espero que isso reflita na votação. Não tenho certeza, mas a possibilidade de uma mudança é muito grande”, declarou o ex-ministro da Cultura entre 2003 a 2008, no governo Lula.

Digno de nota é o fato de que Gil ocupará a cadeira que já teve como ocupante o general Aurélio de Lira Tavares, um de seus algozes. Foi durante a gestão do general como membro da junta provisória que governou o Brasil em 1969, que o cantor e compositor baiano foi preso junto com Caetano Veloso, permanecendo detido durante dois meses nas instalações da Vila Militar, no Rio de Janeiro, antes de embarcar para o exílio em Londres. Como Gil e o país triunfaram sobre a ditadura, vamos virar juntos a página deste governo do retrocesso e da estupidez. •

OUTRO BRASIL PARA O SÉCULO 21

Organizados pelo Instituto Cultura e Democracia e pelas fundações Perseu Abramo e Friedrich Ebert-Brasil, os seminários Cultura e Democracia têm a participação de artistas, intelectuais e líderes políticos

Isaías Dalle

O Brasil vive uma situação política muito grave e de extensão maior do que se imagina. A cultura, compreendida como fazer e expressão do conhecimento, seja popular ou erudito, está sob forte e muito bem articulado ataque. Uma guerra que se amplia por várias partes do mundo. O modelo de democracia que é tido como exemplo para a maioria dos países é uma farsa e sua manutenção não levará os povos a um cenário de liberdade e justiça.

A esquerda brasileira parece não ter se dado conta ainda da profundidade da crise, daí a timidez das respostas que apresenta. Enquanto isso, a ciência e a sociedade não têm conseguido estabelecer um diálogo capaz de fazer frente a questões tão evidentes quanto negadas, como a crise climática. Por fim, as eleições de 2022 não representarão saída suficiente para essas questões.

Entre os dias 8 e 12 de novembro, os debates dos Seminários Cultura e Democracia resultaram em diagnóstico sombrio da realidade brasileira neste início da segunda década do século 21. Muitas inquietações marcaram as participações de artistas, intelectuais, lideranças indígenas, políticos e acadêmicos nesta série de encontros promovida pelo Instituto Cultura e Democracia e pelas fundações Perseu Abramo e Friedrich Ebert. Os debates serão retomados a partir desta terça-feira, 16, e seguem até o dia 19, em plataforma digital.

Os desafios da retomada da participação e fruição democráticas são imensos, de acordo com as intervenções de intelectuais como Gilberto Gil, ex-ministro do governo Lula e mais novo imortal da Academia Brasileira de Letras, a filósofa e professora Marilena Chauí, o ex-ministro Tarso Genro, cientistas como a matemática Tatiana Roque e o físico Yuriy Castelfranchi e da poeta mexicana Irma Pineda Santiago e do escritor brasileiro Ailton Krenak, dois líderes indígenas reconhecidos internacionalmente.

Organizados para apontar caminhos para a ação da cultura como parte integrante da democracia e fator de ampliação do horizonte democrático, os seminários sinalizaram a necessidade de reinvenção do Brasil. Para alguns dos participantes, o país precisa de uma refundação. No meio do caminho, terá de lidar com condicionantes externas e internas, como a profunda alteração nas relações humanas produzida pelas novas tecnologias, hoje amplamente manipuladas pelas classes dominantes e por um diminuto conjunto de corporações, fazendo do mundo virtual um espaço de fragmentação, cinismo e apagamento da história, incluindo a própria história do trabalho. Terreno fértil para a mentira como forma de governar e fazer política.

As respostas exigidas para esse cenário não se encontram mais nas fórmulas utilizadas antes. Para Gilberto Gil, será preciso adotar “um novo arranjo de modernização progressista”, em substituição ao modelo conservador adotado, segundo ele, nas últimas déca-

das. Para Krenak, será necessário rejeitar o modelo democrático tal como proposto pelos cânones ocidentais. “O discurso social dessa democracia é como uma roupa folgada onde caberia todo mundo, mas onde a desigualdade está por todos os lados”, nas palavras do líder indígena.

Para Marilena Chauí, deverá ser retomada a importância da diferenciação entre verdadeiro e falso, entre bom e mau, inerente ao pensamento transformador. Já Laymert Garcia dos Santos, sociólogo e professor da Unicamp, aponta que há uma verdadeira guerra em curso no Brasil. “É dada pouca atenção a uma inversão que ocorreu no Brasil, contida na frase ‘a guerra é a continuação da política por outros meios’. Essa inversão está sendo negligenciada, inclusive no campo da cultura. As reações ainda são muito tímidas”, disse.

Juca Ferreira, ex-ministro da Cultura e presidente do Instituto Cultura e Democracia, principal articulador dos seminários, acredita que o Brasil reclama um novo começo. “Nós precisamos aprofundar a democracia, que nunca chegou a toda a população. Por isso é preciso uma mudança de paradigmas, de valores, de visão de mundo, de comportamento. Por isso que a gente diz que a cultura é central no processo de emancipação do país. O Brasil precisa ser refundado”. As mesas dos seminários são transmitidas pelos canais no Youtube e nos sites das entidades organizadoras, da Mídia Ninja e da TAL (Televisión Latino-Americana) e reprisadas pela TV Fórum. •

Venício A. de Lima

PAULO FREIRE

A prática da
liberdade,
para além da
alfabetização

O livro está disponível no site
da Fundação Perseu Abramo
fpabramo.org.br

autêntica



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



BRASIL: CINCO ANOS DE GOLPE E DESTRUIÇÃO

SANDRA BRANDÃO | (ORG.)

APRESENTAÇÃO | DILMA ROUSSEFF

PREFÁCIO | ALOIZIO MERCADANTE

O livro está disponível no site
da Fundação Perseu Abramo
fpabramo.org.br

